



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariana Godinho Duarte

**ANÁLISE DO GRAU DE CONFIANÇA DE RESPOSTAS A
QUESTÕES SUGESTIVAS E NÃO SUGESTIVAS**

UM ESTUDO COM A GSS1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica Forense, orientada
pela Professora Doutora Maria Salomé Estima de Pinho e apresentada à
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Julho de 2023

Resumo

A confiança que uma testemunha deposita nas suas recordações é frequentemente percebida como indicador da exatidão destas. Contudo, o recurso a questionamento sugestivo para obter o depoimento pode distorcer a memória da testemunha, e se o depoimento prestado estiver associado a um elevado grau de confiança pode incorrer-se em erros de justiça. Do que se conhece, este é o primeiro estudo a analisar a variação do grau de confiança na resposta às questões da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – 1 em adultos da comunidade, considerando o tipo de questões não sugestivas e sugestivas (direcionadas, com falsas alternativas e afirmativas). Analisa, ainda, a relação entre a auto-estima e desejabilidade social com a sugestionabilidade interrogativa. A amostra inclui 91 participantes com idades entre os 20 e os 30 anos, e escolaridade mínima de 12º ano. Todos os participantes foram sujeitos a um procedimento modificado da GSS1 que consistiu em acrescentar a solicitação do grau de confiança nas suas respostas, pré e pós *feedback* negativo. Aplicaram-se ainda a Escala de Auto-Estima de Rosenberg e a Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens. Os resultados apontam para maior grau de confiança na resposta a questões não sugestivas, comparativamente às respostas fornecidas para as questões sugestivas. No que respeita às questões sugestivas, identificaram-se níveis mais elevados de confiança nas respostas às questões afirmativas, e níveis mais baixos nas respostas às questões direcionadas. A comunicação de *feedback* negativo levou a uma diminuição da confiança na resposta em todos os tipos de questões sugestivas, não tendo impacto na confiança nas respostas a questões não sugestivas. Não foram observadas correlações significativas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e as variáveis auto-estima e desejabilidade social. Este estudo exploratório alerta para a emergência do estudo sistemático da confiança subjetiva em contexto legal.

Palavras-chave: Sugestionabilidade Interrogativa; GSS1; Confiança Subjetiva;
Questões Sugestivas; Auto-Estima; Desejabilidade Social

Abstract

The confidence that a witness places in their memories is often perceived as an indicator of their accuracy. However, the use of suggestive questioning in order to obtain testimonies can distort the witnesses memory, and if the testimony given is associated with a high degree of confidence, miscarriages of justice may occur. To our knowledge, this is the first study to analyze the variation in the degree of confidence in response to questions from the Gudjonsson Suggestibility Scale – 1 (GSS1) in a community sample of adults, considering both non-suggestive and suggestive questions (leading, with false alternatives and affirmative). It also analyzes the relationship between self-esteem and social desirability with interrogative suggestibility. The sample includes 91 participants aged between 20 and 30 years old, with a minimum education level of 12th grade. All participants underwent a modified procedure of GSS1, where they were asked the degree of confidence in their responses, pre and post negative feedback. Additionally, the Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES) and the 20-Item Social Desirability Scale (EDS-20) were applied. The results point to a greater degree of confidence in response to non-suggestive questions, compared to suggestive questions. Regarding suggestive questions, higher levels of confidence were identified in affirmative questions, and lower levels in leading questions. Negative feedback led to a decrease in confidence for all suggestive questions, with no impact on confidence for non-suggestive questions. No significant correlations were found between measures of interrogative suggestibility and the variables self-esteem and social desirability. This exploratory study highlights the importance of the systematic study of subjective confidence in a legal context.

Keywords: Interrogative Suggestibility; GSS1; Subjective Confidence; Suggestive Questions; Self-Esteem; Social Desirability

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Salomé Pinho, pela orientação, rigor e por toda a disponibilidade ao longo deste processo.

Ao corpo docente do Mestrado de Psicologia Clínica Forense e à equipa do CPSC. Em especial à Professora Doutora Isabel Alberto, pelas palavras sábias e de alento ao longo dos últimos anos; à Dr.^a Joana Paiva e à Dr.^a Mónica Fonseca, pelos ensinamentos e amizade; e à Cecília e à Sara, pelo companheirismo inigualável.

Aos meus pais – ainda que este agradecimento fique aquém daquele que sinto – pelos valores que me transmitiram e que me tornaram na pessoa que sou, e pela confiança e apoio desmedidos que me dão força para acreditar em mim. Todos os meus sucessos são vossos.

À minha irmã Filipa, que me inspira diariamente, e que mesmo longe está sempre presente no meu coração. A toda a minha família, pelo apoio e carinho que sempre me deram; em especial às minhas avós Janja e Alice, e primas Raquel, Sara e Diana, por serem exemplo de força e perseverança. *Aos presentes e aos ausentes.*

Aos meus amigos e companheiros, que tornaram estes últimos anos tão especiais. À Mónica, Maria Francisca, Vitória, Bárbara, Patrícia, Bruna e Mariana, pela amizade fácil e genuína; à minha madrinha Bárbara e à minha afilhada Inês, por estarem sempre presentes; ao Miguel, por tudo o que vivemos lado a lado; ao Filipe, por me ouvir e apoiar incondicionalmente; e à Adriana, por ser a minha amiga de todas as horas, em qualquer lugar.

A todos os participantes que cederam o seu tempo para participar nesta investigação.

Este trabalho representa o culminar de um percurso pautado por certezas e incertezas, por incontáveis aprendizagens pessoais e profissionais, e por muitos momentos felizes, que – não obstante a falibilidade da memória humana – dificilmente esquecerei. Obrigada a todos os que dele fizeram parte.

Índice

Introdução	7
Enquadramento Teórico	8
Breve História da Sugestionabilidade	8
Sugestionabilidade Interrogativa.....	9
Modelo Psicossocial de Gudjonsson e Clark.....	12
Sugestionabilidade Interrogativa e Variáveis Individuais	14
Auto-Estima.....	13
Desejabilidade Social	14
Confiança Subjetiva	15
Impacto da Confiança em Contexto Legal	15
Teorias da Confiança Subjetiva	17
Confiança e Questionamento Policial.....	20
Confiança e Tipos de Questões Sugestivas	23
Objetivos	26
Metodologia	27
Amostra	27
Instrumentos Utilizados.....	28
Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson versão I.....	28
Escala de Avaliação do Grau de Confiança	31
Escala de Auto-Estima de Rosenberg.....	31
Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens.....	32
Design de Investigação.....	32
Procedimentos	33
Resultados	34
Impacto do tipo de questões e do momento de questionamento na confiança subjetiva	34
Interação entre o tipo de questões e o momento de questionamento.....	35
Correlação entre as medidas da sugestionabilidade interrogativa e a auto-estima e a desejabilidade social.....	38
Discussão	39
Conclusão.....	48
Bibliografia	51
Anexos	64
Anexo A.....	65
Anexo B.....	66
Anexo C.....	67
Anexo D	68

Introdução

A Psicologia do Testemunho, enquanto área mais especializada da Psicologia Forense, privilegia o estudo da exatidão do testemunho em contexto de investigações policiais (Caridade, 2021). Destaca-se, entre outras temáticas da Psicologia do Testemunho, o estudo da sugestionabilidade interrogativa e do modo como técnicas de questionamento sugestivo (e.g. questões sugestivas e *feedback* negativo) podem deturpar as recordações dos sujeitos. Contudo, pouco se sabe quanto ao impacto da sugestionabilidade interrogativa na confiança que as testemunhas depositam nas suas recordações.

Em contexto legal, a confiança subjetiva das testemunhas é comumente percecionada com um indicador de exatidão das suas memórias (e.g. Wells et al., 1979), concedendo credibilidade aos depoimentos. Porém, a relação entre a confiança e a exatidão das recordações tem-se revelado nitidamente complexa: por um lado, diversos estudos indicam que a confiança não é um bom preditor da exatidão das recordações (e.g. Perfect, 2004), sendo que testemunhas muito confiantes podem, inclusive, fornecer informação errada (Tomes & Katz, 2000), o que poderá culminar em erros de justiça (e.g. condenação de inocentes); por outro lado, alguns autores defendem que a confiança está efetivamente relacionada com a exatidão (e.g. Luna & Martin-Luengo, 2012). Contudo, a relação entre estas duas variáveis tem sido verificada somente quando as testemunhas não são expostas a desinformação ou a procedimentos de inquirição desadequados (Wixted & Wells, 2017), tais como o questionamento sugestivo.

Ao que se conhece, não existem estudos publicados que explorem a variação da confiança nas respostas aos diferentes tipos de questões da versão 1 da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson, alusivas às perguntas utilizadas em interrogatório. Para colmatar esta lacuna, o presente estudo, de carácter exploratório, procurou analisar de que

modo as questões sugestivas e não sugestivas, e o *feedback* negativo, interferem com a confiança subjetiva dos sujeitos. Adicionalmente, pretendeu-se analisar a correlação entre a sugestionabilidade interrogativa e a auto-estima e desejabilidade social. Os resultados desta investigação podem revelar-se úteis na compreensão do modo como a confiança subjetiva (frequentemente percebida como sinónimo de exatidão das recordações) é influenciada por técnicas de questionamento sugestivas (caracterizadas pela sua facilidade em distorcer tais recordações), contribuindo para a reflexão sobre as suas repercussões práticas.

Enquadramento Teórico

Breve História da Sugestionabilidade

O fenómeno da sugestão tem suscitado interesse ao longo da História da Humanidade por diversos povos e culturas, embora este interesse se tenha amplificado no decorrer do século XIX, com a associação da sugestão a eventos hipnóticos (Coffin, 1941; Gheorghiu, 1989). Noizet (1820, como citado em Coffin, 1941), um dos primeiros a reconhecer a influência de processos psicológicos na hipnose, conceptualiza a sugestão como um fenómeno indutor da mesma, pressupondo que qualquer ideia (i.e., sugestão) tende a tornar-se numa ação, desde que essa mesma ideia chegue à consciência do sujeito. Posteriormente, Bernheim (1888, como citado em Gudjonsson, 2003) considera que o sucesso da hipnose está dependente da existência de um elevado grau de sugestionabilidade por parte do sujeito hipnotizado, tornando-o mais suscetível às sugestões¹.

O interesse envolto neste fenómeno levou à criação de diversos testes passíveis de o medir, o que, por sua vez, conduziu à necessidade de classificar o conceito de sugestionabilidade (Gudjonsson, 2003). É através do trabalho pioneiro de Eysenck (1943) e

¹ Os conceitos de sugestão e sugestionabilidade não se encontram devidamente distinguidos na literatura inicial sobre o tema; por esse motivo, Gudjonsson (2003) ressalva que a sugestão se constitui como um estímulo que tem potencial para provocar uma determinada reação, enquanto a sugestionabilidade se refere à tendência que um indivíduo tem para responder de determinado modo à sugestão.

Eysenck e Furneaux (1945) que a sugestionabilidade é classificada em dois tipos independentes: a primária, associada a processos ideomotores – e, conseqüentemente, ao fenómeno hipnótico – sendo avaliada por testes de sugestionabilidade direta (i.e., testes em que o sujeito é avisado de que vai ser influenciado por algo); e a secundária, de índole mais complexa do que a anterior, associada a processos sensoriais e avaliada por testes de avaliação de sugestionabilidade indireta (i.e., testes em que o sujeito não sabe que está a ser influenciado por algo) (Gudjonsson, 2003). Os autores propõem ainda um terceiro tipo de sugestionabilidade, associada a uma mudança de atitude como consequência de uma comunicação persuasiva por parte de alguma figura prestigiada (Eysenck & Furneaux, 1945, como citado em Gudjonsson, 2003). Ainda que esta terceira categoria tenha sido inicialmente refutada por falta de evidência empírica (cf. Evans, 1967, como citado em Gudjonsson, 2003), Gísli Gudjonsson (1987), na sua revisão da literatura sobre esta temática, concluiu existir um apoio empírico robusto que permite distinguir a sugestionabilidade interrogativa (SI) do conceito de sugestionabilidade tradicional, sendo esta visão apoiada e posteriormente aprofundada por Gheorghiu (1989). Este último autor argumentou que a sugestionabilidade é um fenómeno multi-dimensional, considerando que o uso de procedimentos sugestionáveis pode influenciar três processos diferentes: processos motores (afetos, como supramencionado, à sugestionabilidade primária), processos sensoriais (inerentemente associados à sugestionabilidade secundária) e processos de memória (influenciados, sobretudo, pelo uso de questões sugestivas, procedimento a ser explorado adiante) que se tornam indubitável e exclusivamente relacionados com a SI (Gheorghiu, 1989).

Sugestionabilidade Interrogativa

É no final do século XIX que James Cattell conduz uma das primeiras experiências no âmbito da Psicologia do Testemunho, ao colocar uma série de questões potencialmente sugestivas a um grupo de estudantes universitários, previamente expostos a um evento

encenado, solicitando-lhes o grau de confiança nas respostas dadas (Drake, 2009; Gudjonsson, 2003).² O trabalho de Cattell deu azo às experiências conduzidas por Alfred Binet (1900, como citado em Drake, 2009), com foco na avaliação da maleabilidade da memória (i.e., avaliação da sugestionabilidade) perante a influência de outrem, nomeadamente do entrevistador. Nos seus estudos com crianças, Binet (1900, como citado em Drake, 2009) argumentou que o uso de questões diretas leva a que os sujeitos se sintam compelidos a fornecer uma resposta ainda que estejam incertos da sua memória, culminando em respostas de anuência à sugestão. Estas experiências simulatórias do procedimento de interrogatório vieram introduzir formalmente o conceito de SI na comunidade científica, servindo de base para o trabalho de outros investigadores, como William Stern (Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013), cujo trabalho experimental veio reforçar a ideia de que certas pessoas tendem a aceitar informação enganosa, quando confrontadas com questões sugestionáveis colocadas por um entrevistador (Drake, 2009).

Não obstante o indubitável interesse e a progressiva investigação no âmbito da SI, a literatura carece de um consenso no que toca à definição deste conceito. Tal pode ser explicado pela existência de diferentes abordagens teóricas que conceptualizam a SI de forma distinta. Destacam-se duas perspetivas dominantes nesta área: a abordagem experimental (cf. Schooler & Loftus, 1986), protagonizada por Elizabeth Loftus, na década de 70, e a abordagem das diferenças individuais (cf. Gudjonsson & Clark, 1986), emergente dos trabalhos de Gudjonsson e Clark na década de 80. Embora fundamentalmente distintas, estas abordagens podem ser consideradas complementares (Gudjonsson, 2003; Schooler & Loftus, 1986), auxiliando na compreensão teórica deste fenómeno tão heterogéneo e multi-facetado.

² Os resultados desta investigação apontaram para uma exatidão das respostas surpreendentemente baixa (Cattell, 1895, como citado em Drake, 2009).

A abordagem experimental parte do pressuposto de que a sugestionabilidade é produto de fatores situacionais, ou seja, a ênfase desta abordagem está na compreensão das diferentes condições sob as quais as questões sugestivas podem vir a afetar a informação reportada pela testemunha (Nurmoja & Bachmann, 2008; Schooler & Loftus, 1986). Powers et al. (1979, pp. 339) operacionalizam a SI como “*o grau em que as pessoas tendem a aceitar informação dada após o evento e a incorporá-la nas suas recordações*”. Esta definição evidencia a importância do processamento da memória na SI (Gudjonsson, 2003), sendo os trabalhos de Loftus e colegas (e.g. Loftus et al., 1978) focados no fenômeno da desinformação³.

A segunda abordagem coloca a ênfase nas diferenças individuais de cada sujeito e no efeito que estas têm na SI. Segundo esta linha teórica, Gudjonsson e Clark (1986) compreendem a SI como um traço inerente a cada pessoa, sendo que cada indivíduo pode ser mais ou menos sugestionável, consoante as suas características individuais. Gudjonsson (1997, 2003) identifica quatro características distintivas da SI, nomeadamente: (i) a existência de um procedimento de questionamento que ocorre numa interação social fechada; (ii) as questões colocadas remeterem para experiências ou eventos do passado da testemunha; (iii) a presença de uma componente de incerteza; e (iv) a situação de questionamento ser particularmente *stressora* e com consequências para a testemunha ou suspeito. Neste âmbito, Gudjonsson e Clark (1986, pp. 84) definem a SI como “*o quanto, numa interação social fechada, os sujeitos aceitam mensagens comunicadas durante o questionamento formal, as quais afetam a sua resposta comportamental*.”, sendo este o mote para o Modelo Psicossocial de Gudjonsson e Clark.

³ O efeito da desinformação pode ser compreendido como a deterioração da memória original de um evento aquando da exposição a informação enganadora pós-evento, culminando na criação de falsas memórias (Davis & Loftus, 2012).

Modelo Psicossocial de Gudjonsson e Clark

Com o seu cerne na compreensão do processo e resultados dos interrogatórios policiais, o Modelo Psicossocial de Gudjonsson e Clark destaca a existência de dois tipos distintos de SI inerentes ao contexto de interrogatório: (i) a SI ligada ao impacto das questões sugestivas na indução de respostas, e (ii) a SI relacionada com o facto de o entrevistador poder alterar as respostas através de *feedback* negativo (Gudjonsson, 2003). O primeiro tipo de sugestionabilidade ocorre quando o interrogador coloca uma questão, que será submetida a processamento cognitivo por parte do sujeito que, por sua vez, determinará as estratégias de *coping* adotadas por este, culminando numa resposta sugestionável ou resistente (Gudjonsson 2003; 2018). Este tipo de sugestionabilidade está, então, relacionado com os trabalhos supramencionados de Binet (1900, como citado em Gudjonsson, 2003) e Stern (1910, 1939, como citado em Gudjonsson, 2003), com enfoque nos efeitos das questões sugestivas e, conseqüentemente, na fiabilidade do testemunho (Gudjonsson, 1984). Relativamente ao segundo tipo de SI – e não obstante que, em contexto real de interrogatório, o *feedback* possa ser dado de forma positiva ou negativa, bem como comunicado de maneira implícita ou explícita – o presente modelo foca-se no *feedback* negativo explícito: o interrogador comunica verbalmente ao sujeito que este cometeu diversos erros, com o intuito de alterar as posteriores respostas (Gudjonsson, 2003). A comunicação deste *feedback* proporciona uma nova avaliação cognitiva por parte do sujeito, que poderá levar a duas respostas diferentes: (i) o *feedback* causa incerteza no sujeito, levando a que, possivelmente, ceda às próximas sugestões; ou (ii) o *feedback* pode suscitar sentimentos de suspeita relativamente ao entrevistador e às suas intenções, levando a que este rejeite as sugestões subseqüentes (Gudjonsson & Clark, 2003).

O presente modelo parte, então, da premissa de que a SI está dependente das estratégias de *coping* que os sujeitos adotam no momento do interrogatório, quando

confrontados com as questões e *feedback* do entrevistador. Mais concretamente, quando confrontados com (i) incerteza, (ii) confiança interpessoal no interrogador, e (iii) expectativas de sucesso associadas à situação de interrogatório (Gudjonsson, 2018). Neste contexto, a incerteza provém do facto de o sujeito não estar certo da resposta correta à questão que lhe foi colocada, o que pode levar à cedência à sugestão. A confiança interpessoal no interrogador significa que o sujeito acredita nas intenções genuínas deste, não percecionando qualquer tentativa de engano; paralelamente, caso o sujeito desconfie das intenções do interrogador, pode tornar-se relutante em aceitar subsequentes sugestões, ainda que esteja incerto quanto à exatidão da resposta. Por último, as expectativas de sucesso subjacentes ao interrogatório são essenciais à aceitação da sugestão, uma vez que inibem o sujeito de, perante incerteza face à questão, responder “*não sei*”, “*não tenho a certeza*” ou “*não me recordo*”. Esta inibição provém, então, das expectativas de sucesso que o sujeito tem relativamente a si próprio no contexto em que se encontra, percecionando que (i) deve proferir uma resposta definitiva, (ii) deve saber qual a resposta certa e (iii) é esperado que saiba a resposta e esteja apto a dá-la (Gudjonsson, 2003). A presença destes três pré-requisitos, suscitados pelas questões sugestivas e pela pressão interrogativa, é imprescindível à aceitação da sugestão (Gudjonsson, 2018), sendo a SI mais elevada quanto maior for o grau destas três condições.

Com base neste modelo, Gudjonsson desenvolveu a *Gudjonsson Suggestibility Scale 1* (GSS1, Gudjonsson, 1984; 1997) e a sua forma paralela, a *Gudjonsson Suggestibility Scale 2* (GSS2; Gudjonsson, 1997), de modo a avaliar a resposta individual a questões sugestivas e a *feedback* negativo, frequentemente presentes em interrogatórios policiais (Gudjonsson & Clark, 1986), bem como para colmatar a necessidade de um instrumento psicométrico que avaliasse quantitativamente a SI.

Sugestionabilidade Interrogativa e Variáveis Individuais

Gudjonsson (2003) reitera que diversas variáveis individuais podem exercer influência sobre o fenômeno da SI. A investigação da correlação entre estas variáveis e a SI constitui-se de grande importância para o sistema jurídico-legal, permitindo contribuir para a elaboração de técnicas de entrevista mais adequadas às características individuais de cada testemunha (Chae & Ceci, 2006, como citado em Caridade, 2021), visando a obtenção de informação testemunhal mais fidedigna. Neste estudo, focar-nos-emos na relação das variáveis auto-estima e desejabilidade social com a SI.

Auto-Estima. A auto-estima constitui-se como um construto proeminente na investigação em Psicologia. Contudo, a definição deste conceito tem vindo a ser alvo de divergências, que podem advir da existência de três usos distintos do termo auto-estima; auto-estima global (compreendida como um traço); sentimentos de auto-valor (um estado) ou sentimentos de auto-avaliação (Brown & Marshall, 2006; Marrone et al., 2019;). A auto-estima global é aquela que maior interesse atrai na investigação (Santos, 2008), destacando-se a definição de Rosenberg (1965, p.30, como citado em Santos, 2008) - “*a atitude positiva ou negativa relativamente a um objeto particular, a saber, o self*” – como aquela que mais se associa a este termo. A relação entre a auto-estima e a SI não se apresenta atualmente completamente explicitada. A investigação tem mostrado existir uma relação negativa entre ambas as variáveis (Bain et al., 2004; Baxter et al., 2003; Gudjonsson & Lister, 1984; Howie & Dowd, 1996; Nurmoja & Bachmann, 2008), indo ao encontro do Modelo de Gudjonsson e Clark, que sugere que sujeitos com baixa auto-estima são mais suscetíveis a serem sugestionados (Gudjonsson, 2003). Por outro lado, existem estudos que indicam que a relação entre auto-estima e SI nem sempre é estatisticamente significativa (Drake et al., 2008). Numa revisão sistemática referente à relação entre a auto-estima e a SI, Hooper et al. (2016) concluem que, não obstante a existência de resultados empíricos que indicam que estes dois conceitos estão

associados, a sua associação encontra-se longe de estar estabelecida, sendo necessário proceder-se a investigação adicional.

Desejabilidade Social. A desejabilidade social tem sido amplamente definida na literatura ao longo dos anos (e.g., Crowne, 1960; Furnham, 1986). Ainda que com algumas variações na sua definição, este construto pode ser conceptualizado como a tendência para os sujeitos atribuírem a si mesmos atitudes ou comportamentos que se coadunem com as normas sociais, rejeitando o oposto (i.e., atitudes que remetam para comportamentos socialmente indesejáveis), aquando da resposta a escalas ou inventários de personalidade (Almiro et al., 2017). Esta definição pressupõe, assim, uma distorção deliberada das respostas do sujeito, de modo a que a estas se enquadrem com as respostas consideradas, por si, expectáveis. Gudjonsson (2003) afirma existir uma correlação positiva entre a desejabilidade social e a interrogativas, isto é, indivíduos com maior tendência para terem comportamentos socialmente desejáveis aparentam ser mais suscetíveis à SI. Ainda que o autor argumente a favor da correlação positiva entre estas variáveis, o mesmo ressalva, também, que esta relação se tem constatado baixa. Efetivamente, tem-se verificado em diversos estudos que a correlação entre a desejabilidade social e a SI, não obstante positiva, apresenta-se moderada ou baixa (e.g., Gudjonsson, 1983; Haraldsson, 1985; Penajoia et al., 2015; Richardson & Kelly, 2004). Ademais, alguns estudos não encontraram correlação entre desejabilidade social e SI (Muris et al., 2004), afigurando-se necessária investigação adicional no sentido de melhor esclarecer a relação entre estes dois conceitos.

Confiança Subjetiva

Impacto da Confiança em Contexto Legal

Sabemos que o uso de questionamento sugestivo facilita a anuência a sugestões enganadoras, levando a que as testemunhas possam vir a providenciar informação errónea. Contudo, as recordações e depoimentos de testemunhas exercem, *per si*, um papel importante

– por vezes decisivo – no sistema judicial (Michael & Garry, 2015). Esse papel é ampliado quando os depoimentos são prestados com confiança (Wells et al., 1979).

A confiança subjetiva pode ser definida como a estimativa subjetiva que um indivíduo faz, relativamente à exatidão das suas recordações (Nolan & Markham, 1998; Roebbers, 2002). Em contexto legal, a confiança assume, então, um papel preponderante, sobretudo quando associada a informação prestada por testemunhas, pelas seguintes razões: i) as recordações de uma testemunha têm um papel crítico na detenção e julgamento de suspeitos (Kebbell & Milne, 1998); ii) de modo geral assume-se, intuitivamente, que as recordações nas quais se tem mais certeza são mais exatas do que aquelas em que se tem menos certeza (Deffenbacher, 1980; Leippe & Eisenstadt, 2014; Roediger et al., 2012; Wells et al., 2006); e iii) efetivamente, a literatura indica que os intervenientes do sistema judicial (e.g. júris) tendem a considerar as testemunhas mais confiantes como mais credíveis, pressupondo que a maior confiança (C) num depoimento está relacionada com a maior exatidão (E) deste (e.g., Fox & Walters, 1986; Lindsay et al., 1981; Michael & Garry, 2015; Penrod & Cutler, 1995; Wells et al., 1979). Não obstante as crenças comuns relativas à relação C-E, a investigação neste âmbito tem-se revelado contraditória e inconclusiva. Vários estudos indicam que a confiança não é um bom preditor da exatidão da memória das testemunhas (Kebbell & Giles, 2000; Leippe, 1980; Luus & Wells, 1994; Perfect, 2004), sendo inclusive possível que testemunhas muito confiantes possam prestar depoimentos erróneos (Tomes & Katz, 2000). Por outro lado, alguns autores demonstraram que a confiança que as testemunhas depositam nas suas respostas (Luna & Martin-Luengo, 2012) e na identificação de suspeitos (Wixted et al., 2015) está correlacionada com a exatidão destas. Contudo, tal tende a verificar-se somente quando as memórias das testemunhas não são contaminadas por desinformação ou procedimentos pouco adequados (Brewer & Wells, 2006; Wixted & Wells, 2017). Ainda que em determinadas situações a confiança possa, efetivamente, prever a exatidão dos

testemunhos, a relação C-E afigura-se nitidamente complexa, e a presunção da sua fiabilidade constitui um risco ao bom funcionamento do sistema legal. Se uma testemunha prestar um depoimento erróneo e depositar um elevado grau de confiança neste, cria-se um cenário propenso a erros de justiça, nomeadamente à condenação de inocentes. A problemática do encarceramento de inocentes baseada em testemunhos erróneos ou identificações de suspeitos incorretas tem vindo a ser largamente documentada, com vários autores proeminentes na área a ressaltarem o trabalho desempenhado pelo The Innocence Project (e.g., Brewer & Doyle, 2021; Kassin & Gudjonsson, 2004; Leo, 2009; Otgaar et al., 2022; Otgaar & Howe, 2018). Segundo esta organização, cuja missão passa pela exoneração de pessoas inocentes erroneamente condenadas, desde 1989, nos Estados Unidos da América, já ocorreram 375 absolvições de indivíduos inocentes. No seu livro *Convicting the innocent*, Brandon Garrett (2011), examinou as primeiras 250 absolvições, concluindo que 76% destas resultaram de identificações erróneas de suspeitos, sendo que, na maioria dos casos, as testemunhas estavam altamente confiantes de que identificaram o verdadeiro perpetrador do crime (Roediger, 2012).

Dada a importância atribuída à informação providenciada por testemunhas, bem como à confiança que estas depositam nas suas recordações, torna-se relevante explorar os fatores que influenciam esta variável; nomeadamente, analisar o modo como a confiança pode ser afetada por um estilo de questionamento sugestivo, marcado pela facilidade em gerar depoimentos incorretos.

Teorias da Confiança Subjetiva

Pela sua indubitável relevância em contexto legal e forense, grande parte da literatura afeta à confiança na memória das testemunhas tem o seu enfoque na já mencionada relação C-E. Contudo, a maioria dos estudos falha em abordar os mecanismos subjacentes à

formulação dos juízos de confiança (Brewer & Sampaio, 2012). Emerge a questão: afinal, o que torna uma testemunha confiante nas suas recordações?

A teoria de acesso direto ao traço mnésico (*direct trace access theory*) providencia uma resposta relativamente simples a esta questão: os sujeitos avaliam a confiança numa recordação com base na força do seu traço mnésico, acedendo diretamente aos conteúdos da memória (Leippe & Eisenstadt, 2014; Koriat, 2007). Consequentemente, quanto mais forte é o traço mnésico, maior a probabilidade de que a memória recordada esteja correta e de que a avaliação da confiança corresponda à exatidão da recordação (Leippe & Eisenstadt, 2014). No domínio da confiança testemunhal, Deffenbacher (1980) propôs um quadro teórico intitulado hipótese da optimalidade (*optimality hypothesis*) postulando que a correlação C-E das recordações será mais forte em situações em que o processamento de memória (i.e., fases de codificação, retenção e recuperação) ocorre em condições ideais (“ótimas”)⁴ (Leippe & Eisenstadt, 2014; Weingardt et al., 1996), partindo igualmente do pressuposto de que a confiança deriva do acesso direto ao traço mnésico. Uma lacuna desta teoria passa pelo facto de que, comumente, as testemunhas são expostas a situações com condições pouco ideais a um processamento adequado de memória, enfraquecendo o traço mnésico e tornando-o de difícil acesso. Nesses casos, mas não exclusivamente, as testemunhas podem recorrer à sua metamemória⁵ para formular os julgamentos de confiança (Leippe & Eisenstadt, 2014).

Nas últimas décadas, têm surgido diversas teorias que conceptualizam os juízos de confiança como mediados, sobretudo, pela metamemória, destacando-se o trabalho

⁴ Alguns exemplos de tais condições ótimas são, no que concerne à identificação de suspeitos em alinhamentos policiais, um curto intervalo de tempo entre a exposição a um suspeito e o reconhecimento deste, e pouca similaridade entre suspeitos no alinhamento policial (Deffenbacher, 1980).

⁵ A metamemória refere-se ao conhecimento e crenças que cada indivíduo tem das suas próprias capacidades mnésicas e do funcionamento da memória em geral, baseando-se em experiências passadas e em crenças individuais (Dunlosky & Bjork, 2008, como citado em Saraiva et al., 2019).

incontornável de Koriat (2008, 2012) e os contributos de Brewer e Sampaio (2012). Embora estas teorias apresentem algumas divergências entre si (cf. Brewer & Sampaio, 2012), partilham da ideia de que os julgamentos de confiança originam de inferências feitas através de uma variedade de crenças e pistas (Koriat, 2008). No domínio da confiança das testemunhas, Leippe e Eisenstadt (2014) argumentam que as pistas provenientes da metamemória dividem-se em três categorias: pistas intrínsecas, extrínsecas e de auto-credibilidade. As pistas intrínsecas têm por base determinadas informações, presentes no decorrer do processo de recordação, que os indivíduos associam a uma boa ou má memória (Koriat, 1997, como citado em Leippe & Eisenstadt, 2014), formulando os juízos de confiança em função dessas crenças. Este tipo de informações/pistas, que podem levar o sujeito depositar mais ou menos confiança na sua memória, incluem a velocidade de recuperação da memória, a quantidade de informação recordada e a fluência/facilidade de recuperação da memória (Leippe & Eisenstadt, 2014). As pistas extrínsecas derivam da reflexão acerca do modo como os fatores situacionais – associados (i) ao ato de testemunhar e (ii) às condições de teste – podem afetar a memória humana (Busey et al., 2000, como citado em Leippe & Eisenstadt, 2014), tais como o tempo de exposição a um sujeito em alinhamento policial e instruções de teste enviesadas. Por último, as pistas de auto-credibilidade derivam das crenças que cada pessoa tem acerca das suas capacidades mnésicas, quer em situações gerais e quotidianas, quer no que concerne às memórias afetas a um evento específico (Leippe & Eisenstadt, 2014).

A compreensão dos mecanismos subjacentes à confiança subjetiva revela-se necessária em diversas vertentes: por um lado, pode contribuir para um melhor entendimento da relação C-E e dos fatores que a medeiam (Brewer & Sampaio, 2012); por outro, pode servir de auxílio na compreensão dos fatores que afetam a confiança subjetiva, *per si*, em contexto legal, nomeadamente no momento de questionamento policial.

Confiança e Questionamento Policial

As técnicas de entrevista e interrogatório policial surgem com o objetivo de recolher informação útil, que auxilie na resposta a seis questões cruciais a qualquer investigação criminal: O quê? Quem? Como? Quando? Onde? Porquê? (Costa & Pereira, 2021). Contudo, em contexto policial e forense, recorre-se frequentemente ao uso de técnicas inadequadas, que culminam na obtenção de testemunhos com falhas (Paulo et al., 2013, como citado em Costa & Pereira, 2021) e que podem distorcer não só as memórias das testemunhas, mas, também, a confiança nas memórias (Michael & Garry, 2015). De seguida, iremos explorar algumas dessas técnicas e a sua relação com a confiança subjetiva, bem como situações inerentes ao contexto de questionamento que podem afetar esta variável, pautada pela sua complexidade e maleabilidade (Luus & Wells, 1994).

Leippe (1980) é dos primeiros a argumentar que, no decorrer do processo legal, existem diversos momentos e fatores passíveis de afetar a confiança das testemunhas, independentemente da exatidão das suas recordações. A própria dinâmica social inerente à situação de interrogatório pode afetar esta variável: ao responderem às questões colocadas pelo interrogador, percecionado como figura da autoridade, as testemunhas podem considerar as suas respostas como factos, independentemente do grau de incerteza experienciado (Clifford & Bull, 1978, como citado em Leippe, 1980). Ou seja, as respostas dadas ao interrogador são encaradas como um comprometimento verbal, o que, *per si*, pode gerar um aumento da confiança subjetiva no depoimento testemunhal (Leippe, 1980).

Contudo, sabe-se que o teor das questões colocadas também exerce grande influência na resposta das testemunhas e na confiança afeta a essa. Questões sugestivas são conhecidas pelo seu potencial de distorção da memória. Relativamente à confiança, e embora a investigação seja escassa, existem alguns estudos que apontam para a diminuição da confiança perante este tipo de questões. No estudo de Shaw et al. (1997), os sujeitos, após

presenciarem o mesmo evento, foram questionados com questões neutras, sugestivas com informação correta e sugestivas com informação enganadora, revelando que as questões sugestivas com informação incorreta suscitam menos confiança na resposta, comparativamente aos outros tipos de questões. Blagrove e Akehurst (2000) verificaram, com recurso à GSS, que a confiança na resposta a questões não sugestivas respondidas corretamente é significativamente maior, comparativamente à confiança nas respostas a questões sugestivas respondidas corretamente (sem cedência à sugestão) ou incorretamente (com cedência à sugestão).⁶ Estes resultados parecem apontar para menor confiança nas respostas a questões sugestivas, comparativamente a questões não sugestivas.

Adicionalmente, sabe-se, também, que a formulação das questões tem impacto na resposta dos sujeitos, mesmo quando as questões têm, entre si, uma composição textual semelhante. Este efeito tem sido observado na resposta a questões gerais (e.g., Harris, 1973, como citado em Loftus, 1975), bem como a experiências pessoais passadas e a questões referentes a eventos testemunhados recentemente (Loftus & Zanni, 1975; Loftus & Palmer, 1974). No que respeita ao questionamento relativo a eventos testemunhados, Loftus e Zanni (1975) verificaram que questões que contenham um artigo definido (e.g. “*viste o (...)?*”) produzem menos respostas “*não sei*” – o que indica maior certeza na resposta – comparativamente a questões que contenham um artigo indefinido (e.g. “*viste algum (...)?*”). Ainda no que concerne ao impacto das questões, Michael e Garry (2015) observaram que a confiança das testemunhas pode ser manipulada recorrendo exclusivamente à alteração da ordem das questões colocadas. Após assistirem a uma simulação de crime e serem sujeitos a

⁶ Adicionalmente, relativamente às questões sugestivas da GSS formuladas por Gudjonsson, não obstante estas pretenderem induzir uma determinada resposta, não contêm expectativas necessariamente fortes (Gudjonsson & Clark, 1986), para que o sujeito não fique ciente do verdadeiro objetivo do teste. Por este motivo, supõem-se que as questões sugestivas criem, naturalmente, um certo grau de incerteza que não se verifica nas respostas a questões não sugestivas.

questionamento, os sujeitos reportaram estar mais confiantes nas suas respostas quando lhes foram apresentadas questões cujo nível de dificuldade progredia do mais fácil para o mais difícil, comparativamente aos sujeitos cujas questões lhes foram apresentadas na ordem inversa (Michael & Garry, 2015).

Sabe-se, também, que no decorrer do processo legal as testemunhas podem ser sujeitas a múltiplos questionamentos por diversos membros do sistema judicial e legal (e.g. polícias, detetives, advogados de defesa) (Henkel, 2016; Shaw et al., 2012) desde o momento em que testemunham o evento até ao momento em que depõem em tribunal. Estudos nesta área indicam que o questionamento repetido tende a aumentar a confiança da testemunha (Shaw, 1996; Shaw & McClure, 1996), inclusive quando as questões contêm informação sugestiva ou enganadora (Zaragoza & Mitchell, 1996). Ao recordar-se de um evento várias vezes, em contextos de questionamento, a testemunha pode experienciar maior fluência/facilidade de recordação (Shaw, 1996), que, por sua vez, servirá de pista (intrínseca) à avaliação da confiança, que tenderá a aumentar (Leippe & Eisenstadt, 2014). Contudo, importa notar que o questionamento repetido pode ser percebido pelas testemunhas como uma forma de *feedback* negativo implícito (Gudjonsson, 2003), que as fará assumir que a repetição das questões advém de erros que cometeram. O *feedback* dado às testemunhas tem, também, merecido destaque na investigação afeta às técnicas de questionamento sugestivas. A literatura aparenta ser concordante quanto aos efeitos do *feedback* confirmatório, sobretudo em contexto de identificação de suspeitos em alinhamento policial, apontando para um aumento da confiança perante a confirmação explícita de que a testemunha escolheu o suspeito correto (Bradfield et al., 2002; Wells & Bradfield, 1998), verificando-se o mesmo efeito em contexto de questionamento, após ser comunicado à testemunha que a sua resposta está correta (Zaragoza et al., 2001). No que concerne aos efeitos do *feedback* infirmativo (i.e., negativo), Gudjonsson e Clark (1986) consideram que a transmissão de *feedback* negativo

explícito constitui uma fonte de aumento de incerteza e dúvida nas respostas dadas. Adicionalmente, Schooler e Loftus (1986, pp. 108) partilham desta teorização, afirmando que “o *feedback* negativo leva os sujeitos a estarem menos confiantes no seu próprio conhecimento”. Os estudos conduzidos em contexto de identificação de suspeitos em alinhamentos policiais apontam para uma diminuição da confiança após a comunicação de *feedback* negativo. Luus e Wells (1994) verificaram que, numa condição em que duas testemunhas assistiram ao mesmo roubo encenado e identificaram o suspeito individualmente, quando lhes foi informado que teriam feito uma escolha diferente da co-testemunha, a confiança na sua identificação diminuiu consideravelmente. Similarmente, Leippe (2006) averiguou que a comunicação de *feedback* negativo que contraponha o depoimento de um sujeito ao da co-testemunha levou a uma diminuição da confiança na memória do evento testemunhado.

Não obstante, Brewer et al., (2014) destacam que a literatura ainda carece de uma compreensão teórica detalhada acerca da maleabilidade da confiança e do papel que determinados fatores – tal como o *feedback* – podem desempenhar no sistema judicial.

Confiança e Tipos de Questões Sugestivas

Gudjonsson (1997) define as questões sugestivas como um tipo de questão que contém determinadas premissas e expectativas, conseqüentemente indicando a resposta pretendida. As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1 e GSS2; Gudjonsson, 1984;1997) contém vinte questões. Quinze destas questões são sugestivas e dividem-se em três tipos: (i) direcionadas – contém premissas salientes que criam a expectativa de um certo tipo de resposta; (ii) falsas alternativas – questões fechadas com duas alternativas de resposta, ambas erradas; e (iii) afirmativas – não contém tais premissas, mas podem suscitar dúvida e incerteza no sujeito, culminando na aceitação da sugestão.

A literatura carece de estudos que nos permitam compreender o impacto que diferentes tipos de questões sugestivas têm nos julgamentos de confiança. Contudo, como supramencionado, sabemos que a formulação das questões pode, *per si*, influenciar a resposta e confiança dos sujeitos. No estudo previamente referido de Loftus e Zanni (1975), em que os sujeitos foram inquiridos relativamente a um vídeo de um acidente rodoviário, concluiu-se que a questão “*viste o farol partido?*” comparativamente à questão “*viste algum farol partido?*” suscitou um menor número de respostas “*não sei*”, indicando maior certeza nas respostas dadas. Este resultado sugere que existe maior confiança associada a questões com premissas salientes; neste caso, o sujeito não precisa de se debater com a incerteza referente ao facto de existir ou não um farol partido, uma vez que essa informação está implícita (Loftus & Zanni, 1975). Atentando a estes resultados, podemos supor que as questões direcionadas da GSS1 são as que mais se assemelham ao tipo de questão que suscita maior confiança, uma vez que, dos três tipos de questões, distinguem-se por conterem uma premissa particularmente saliente (e.g., na questão da GSS1 “*as roupas da senhora ficaram rasgadas durante a luta?*”, está implícito que ocorreu uma luta). Ademais, note-se que as premissas deste tipo de questão são baseadas em informação correta (remetendo ao exemplo anterior, e embora a questão contenha uma sugestão enganadora, na medida em que as roupas da senhora não foram rasgadas, a história da GSS1 narra, efetivamente, uma luta). O facto de conterem informação correta (i.e., informação que foi, efetivamente, narrada na história) pode levar a que o sujeito se recorde desse fragmento de informação com maior facilidade. Por sua vez, sabe-se que a facilidade de recuperação de uma recordação proporciona maior grau de confiança na resposta (Kelley & Lindsay, 1993). Pode, ainda, colocar-se o argumento de que as questões direcionadas remetem para ocorrências comuns nas situações em causa: é plausível e lógico que, no decorrer de uma luta, as roupas da vítima possam ficar rasgadas.

Ao reportar-se a situações que aludem ao senso comum, este tipo de questões poderá suscitar maior confiança nas respostas dadas.

Não obstante, e no que concerne às questões com falsas alternativas, Robinson et al. (1997, como citado em Ibabe & Sporer, 2004) consideram que perguntas que incluam alternativas de resposta podem suscitar maior confiança, uma vez que o sujeito assume que a resposta correta está inserida nas opções apresentadas, realizando menor esforço cognitivo para responder. Contudo, as questões de alternativas falsas da GSS apresentam somente alternativas erradas. Este aspeto pode levar a que, contrariamente à situação anterior, o sujeito tenha de efetuar um maior esforço cognitivo para se recordar qual das duas opções corresponde ao conteúdo da história e, conseqüentemente, experiencie menor grau de confiança na resposta. Embora este tipo de questão seja o mais favorável a suscitar respostas sugestionáveis (Gudjonsson, 1984; Oliveira, 2020), o facto de o sujeito ter de escolher entre duas alternativas erróneas pode suscitar alguma confusão e gerar incerteza, independentemente da cedência a qualquer uma das duas sugestões dadas.

Por fim, as questões afirmativas poderão ser o tipo de questão que suscita menos confiança na resposta dada, por serem consideradas por Gudjonsson (1997) como particularmente suscetíveis a criar dúvida e incerteza na mente do sujeito.

Parece ainda lógico presumir que uma resposta de não cedência a qualquer uma das questões sugestivas poderá ser dada com um nível de confiança relativamente alto, uma vez que i) constitui-se como uma contradição à sugestão do interrogador, ato que implica um determinado grau de certeza na resposta, e ii) Blagrove e Akehurst (2000) averiguaram que a confiança na resposta a questões sugestivas é significativamente maior quando estas são respondidas sem cedência à sugestão, comparativamente a quando são respondidas com cedência à sugestão.

Objetivos

O estudo que apresentamos visa analisar a variação do grau de confiança nas respostas a questões sugestivas e não sugestivas da GSS1 e, considerando os três tipos de questões sugestivas, averiguar qual o tipo de questão cujas respostas apresentam maior e menor confiança. Adicionalmente, averiguar-se-á se a variação do grau de confiança entre as respostas a perguntas não sugestivas, direcionadas, com alternativas falsas e afirmativas é influenciada pelo *feedback* negativo. Paralelamente, pretende-se avaliar a relação entre a SI e as variáveis auto-estima e desejabilidade social.

Considerando os objetivos propostos e a revisão da literatura afeta a cada uma das temáticas, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1: A média da confiança às questões não sugestivas é superior à média de confiança nas respostas aos três tipos de questões sugestivas (direcionadas, com alternativas falsas e afirmativas).

H2: No que concerne às questões sugestivas, a média da confiança nas respostas às questões direcionadas é superior, comparativamente às respostas a questões sugestivas afirmativas e com falsas alternativas.

H3: No que concerne às questões sugestivas, a média da confiança nas respostas às questões afirmativas é inferior, comparativamente às respostas a questões sugestivas com falsas alternativas e direcionadas.

H4: A média da confiança nas respostas às perguntas não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com falsas alternativas é inferior após o *feedback* negativo, comparativamente à média da confiança nas respostas pré-*feedback* negativo.

H5: Sujeitos com baixa auto-estima são mais sugestionáveis, pelo que se deve registar uma correlação negativa entre a auto-estima e a SI.

H6: Sujeitos que apresentem níveis mais elevados de desejabilidade social são mais sugestionáveis, pelo que se deve observar uma correlação positiva entre a desejabilidade social e a SI.

Metodologia

Amostra

Este estudo baseia-se numa amostra de conveniência, constituída por 91 sujeitos⁷ da comunidade, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos ($M = 23.31$; $DP = 2.85$) e habilitações literárias diversas (12º ano, licenciatura e mestrado), sendo que todos foram sujeitos às mesmas condições experimentais. Destes 91 sujeitos, 34 (37.4%) são do sexo masculino e 57 (62.6%) do sexo feminino. Na Tabela 1 encontram-se as informações descritivas sociodemográficas referentes à amostra.

Tabela 1

Descrição sociodemográfica da amostra

		Amostra Total (N=91)	
Idade		Média (DP)	Amplitude
		23.31 (2.85)	20-30
		N	%
Sexo	M	34	37.4
	F	57	62.6
Escolaridade	Secundário	25	27.5
	Licenciatura	52	57.1
	Mestrado	14	15.4

⁷ Foi recolhida amostra junto de 100 participantes. Contudo, devido a lapso na recolha de dados de 9 participantes, são considerados os resultados de 91 sujeitos.

Instrumentos Utilizados

Foram administrados quatro instrumentos de avaliação. De modo a avaliar a SI, utilizou-se a Escala de Sugestionabilidade Interrogativa de Gudjonsson na versão reduzida (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997; versão portuguesa de Rute Pires, 2011). Para a avaliação do grau de confiança nas respostas, recorreu-se à Escala de Avaliação do Grau de Confiança, elaborada para este estudo. No domínio da auto-estima e da desejabilidade social utilizaram-se a Escala de Auto-Estima de Rosenberg (RSES; Rosenberg, 1965; versão portuguesa de Santos & Maia, 2003) e a Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Almiro et al., 2017), respetivamente.

Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson versão I

A GSS é um instrumento de relato-memória, que pretende analisar as diferenças individuais dos sujeitos ao nível da SI (Gudjonsson, 1984). Este instrumento apresenta duas formas paralelas: a GSS1 e a GSS2, díspares pelo conteúdo semântico da história que apresentam – a GSS1 introduz uma história de conteúdo criminal, sendo a história da GSS2 composta por conteúdo neutro. Gudjonsson (1997) prevê a utilização de uma versão abreviada⁸ de ambas as escalas, sugerindo que o intervalo de retenção comumente aplicado pode ser facultativo. A versão abreviada exclui, então, o intervalo de retenção e a tarefa de evocação diferida, pelo que o momento de questionamento é efetuado imediatamente após a tarefa de evocação imediata. Neste estudo foi utilizada a GSS1 – pelo conteúdo criminal a si adjacente – aplicada na sua forma reduzida. A aplicação da GSS1, na sua forma reduzida,

⁸ A versão breve da GSS foi alvo de estudo por Smeets et al. (2009), no sentido de analisar diferenças significativas nos resultados de SI, comparativamente à versão completa deste instrumento. Os autores constataram que os resultados da GSS não dependem dos múltiplos ensaios de evocação (i.e., da realização de ambos os ensaios de evocação, imediata e diferida), nem do intervalo de retenção (Smeets et al., 2009).

inicia-se com a apresentação da história de um roubo⁹. Após a audição da história ocorre uma tarefa de evocação imediata, na qual o sujeito deve recordar o máximo de informação referente à história ouvida. A prestação do sujeito (resultado da tarefa de evocação imediata) é avaliada consoante as ideias que este recorda corretamente. A história é composta por 40 unidades de narrativa, sendo que cada uma pode ser cotada com 1 ponto (correspondente a uma unidade corretamente evocada) ou 0,5 pontos (no caso da ideia estar incompleta ou parcialmente correta). Segue-se a tarefa de questionamento formal, onde são colocadas 20 questões: 5 destas questões não são sugestivas (i.e., remetem para conteúdo verídico apresentado na história), e 15 são sugestivas (i.e., contêm informação enganadora). As questões sugestivas dividem-se em três tipos: *direcionadas* (contêm premissas salientes), *afirmativas* (não contêm premissas salientes, mas suscitam particular dúvida) e *com falsas alternativas* (contêm duas alternativas fechadas, ambas erradas), sendo que cada grupo engloba 5 questões. As questões não sugestivas correspondem às questões n.º 1, 5, 9, 13 e 17, e as questões com falsas alternativas às questões n.º 2, 6, 12, 15 e 19 (Gudjonsson, 1997). No que concerne às questões direcionadas e afirmativas, e remetendo para o facto de Gudjonsson (1997) considerar a distinção entre estes tipos de questões como arbitrária, utilizou-se, neste estudo, a divisão de questões feita por Oliveira (2020). Deste modo, as questões direcionadas correspondem às questões n.º 3, 8, 11, 18 e 20, e as questões afirmativas às questões n.º 4, 7, 10, 14 e 16. Após responder às questões, o sujeito é exposto ao *feedback* negativo (e.g. “*algumas das suas respostas estão erradas. Por esse motivo, vou ter de lhe colocar as questões novamente, e peço que, desta vez, tente ser mais preciso.*”). Este *feedback* é comunicado identicamente a todos os sujeitos, mesmo que não tenham sido cometidos erros. As questões são, depois, colocadas novamente, pela mesma ordem.

⁹ Neste estudo, apresentou-se a história através de uma gravação áudio, efetuada pela investigadora, de modo a controlar a interferência de possíveis variáveis (e.g. ritmo de leitura) de sessão para sessão (Gudjonsson, 1997).

A GSS de versão reduzida providencia informação acerca do desempenho mnésico do sujeito, bem como de quatro indicadores de SI (Gudjonsson, 1997). Assim, os resultados obtidos com esta escala são: (i) *evocação imediata*: informa acerca da capacidade de atenção, concentração e memória do participante, calculando-se através da soma de cada unidade de narrativa (máximo de 40) corretamente recordada; (ii) *confabulação*: refere-se a problemas no processamento da memória, relativos a informação dada pelos sujeitos que não constava na história, calculando-se através da soma das *fabricações* (informação nova que o participante adicionou à história) e das *distorções* (informação que constava na história, mas que foi reportada de forma significativamente diferente); (iii) *cedência 1*: referente ao número de questões sugestivas a que o sujeito cede no primeiro momento de questionamento (i.e., antes de receber o *feedback* negativo), tendo uma pontuação máxima de 15 (corresponde a 1 ponto para cada uma das 15 perguntas); (iv) *cedência 2*: corresponde ao número de questões sugestivas a que o sujeito cede no segundo momento de questionamento, após receção do *feedback* negativo, permitindo averiguar acerca da direção da mudança das respostas (i.e., se o sujeito alterou uma resposta de não-cedência à sugestão para uma resposta de cedência, e vice-versa), e acerca do modo como o *feedback* negativo afeta a SI dos sujeitos, sendo a pontuação máxima de, também, 15 pontos; (v) *alteração*: refere-se ao número de respostas alteradas (independentemente da direção da alteração) após a receção do *feedback* negativo, permitindo avaliar a vulnerabilidade do sujeito à pressão interrogativa; e (vi) *sugestionabilidade Total*: informa acerca do nível geral de SI dos sujeitos, obtido através da soma das medidas Cedência 1 e Alteração. Relativamente às propriedades psicométricas da GSS1, na versão adaptada à população portuguesa, Pires et al. (2013) obtiveram uma consistência interna com resultados relativamente razoáveis (.74, .76 e .58 nas medidas de *cedência 1*, *cedência 2* e *alteração*, respetivamente). Quanto à estabilidade temporal, estes autores observaram correlações significativas em todas as medidas da GSS1 (.39, .46 e .32

nas medidas de *cedência 1*, *cedência 2* e *sugestionabilidade total*, respetivamente), à exceção da medida *alteração* (.11)

Escala de Avaliação do Grau de Confiança

A Escala de Avaliação do Grau de Confiança¹⁰ consiste num suporte visual apresentado aos sujeitos nos dois momentos de questionamento formal, auxiliando-os na avaliação e quantificação do seu grau de confiança às respostas dadas. Construída em formato de escala de Likert, contém cinco alternativas de resposta: *não tenho qualquer certeza* (0%); *tenho pouca certeza* (25%), *tenho alguma certeza* (50%), *tenho muita certeza* (75%) e *tenho bastante certeza* (100%). O grau de confiança na resposta é proferido verbalmente pelo participante, após a resposta a cada uma das questões.

Escala de Auto-Estima de Rosenberg

A Escala de Autoestima de Rosenberg (RSES; Rosenberg, 1965) é um instrumento de aplicação breve que avalia a auto-estima de adolescentes e adultos (Pechorro et al., 2011). Foi traduzida, adaptada e validada para a população portuguesa por Santos e Maia (2003), com amostras de adolescentes, tendo sido posteriormente validada numa amostra de estudantes do ensino superior (Santos, 2008) e numa amostra de adolescentes portugueses em contextos forense e escolar (Pechorro et al., 2011). É composta por 10 itens - 5 são formulados com uma orientação positiva e 5 com orientação negativa – e apresenta 4 alternativas de resposta, cujas etiquetas variam entre *discordo fortemente* (0 pontos) e *concordo fortemente* (3 pontos). A pontuação total da RSES varia entre 0 e 30, sendo que os itens de orientação negativa (i.e., aqueles em que uma pontuação mais alta traduz níveis de auto-estima mais baixos) são cotados inversamente. Quanto mais elevada for a pontuação total da escala, maior é o nível de autoestima global do indivíduo. Os estudos com a RSES revelam propriedades

¹⁰ Esta escala foi elaborada com base em outras escalas de avaliação da confiança, maioritariamente utilizadas em estudos de avaliação da confiança na identificação de suspeitos, tais como a de Read (1995).

psicométricas adequadas, registando valores de consistência interna satisfatórios, nomeadamente valores entre .89 e .92 numa amostra de adolescentes (Santos & Maia 2003) e um valor de .92 numa amostra de estudantes do ensino superior (Santos, 2008).

Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens

A Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Almiro et al., 2017) é um instrumento de autorrelato que avalia a desejabilidade social, a qual se refere à tendência do indivíduo para responder a instrumentos de avaliação (de atitudes ou de personalidade) segundo valores socialmente desejáveis. Esta escala pode ser aplicada a indivíduos com mais de 16 anos (inclusive), e caracteriza-se como um instrumento breve, com uma duração de aplicação de aproximadamente 5 minutos. A EDS-20 é uma escala unidimensional, com 20 itens de resposta dicotómica (Sim/Não), sendo que a sua cotação é feita através da soma das respostas “*Não*” (com exceção do item 4, que deve ser cotado inversamente). Relativamente às suas propriedades psicométricas, constatou-se uma boa consistência interna (.85) (Almiro et al, 2017); no que toca às normas para a população portuguesa, Almiro et al. (2017) disponibilizaram os valores médios e desvios padrão para a comunidade, consoante o género (Masculino: $M = 8.25$; $DP = 4.68$; Feminino: $M = 9.99$; $DP = 4.11$) e a idade (entre os 16 e os 30 anos: $M = 8.47$; $DP = 4.03$).

Design de Investigação

Neste estudo, de carácter exploratório, projetou-se analisar o impacto que (i) as questões não sugestivas, (ii) as questões sugestivas (direcionadas, com falsas alternativas e afirmativas), e (iii) o *feedback* negativo entre os dois momentos de inquirição (variáveis independentes) poderiam ter na confiança subjetiva das respostas dadas pelos sujeitos (variável dependente). Adicionalmente, procurou-se averiguar correlações entre a SI e (i) a auto-estima e (ii) a desejabilidade social. A totalidade dos 91 sujeitos foi sujeito às mesmas condições constituindo um grupo único (*design* intrasujeitos).

Procedimentos

Os sujeitos foram contactados com base na sua idade (entre 20 a 30 anos) e escolaridade (escolaridade mínima obrigatória, correspondente ao 12º ano), de modo a averiguar acerca do seu interesse e disponibilidade de participação num estudo sobre a memória humana¹¹. As sessões tiveram uma duração de aproximadamente 30 minutos e foram realizadas individualmente, numa sala com condições adequadas à administração do protocolo (e.g. pautada por um ambiente silencioso e sem distrações). Começou-se por recolher o consentimento informado, livre e esclarecido (cf. Anexo A). Adicionalmente, foi solicitada a autorização dos sujeitos para a gravação, em formato áudio¹², das suas respostas na tarefa de evocação imediata da GSS1. Seguidamente, prosseguiu-se para a recolha de dados sociodemográficos (e.g. idade e habilitações literárias) e posteriormente para a administração do protocolo de avaliação. Este iniciou-se com a aplicação da GSS1: audição da história em formato de gravação, evocação livre imediata, primeiro momento de inquirição, *feedback* negativo e segundo momento de inquirição. Em ambos os questionamentos, e após a resposta a cada questão, os sujeitos deveriam proferir, oralmente, o grau de confiança na sua resposta, com auxílio visual da Escala de Avaliação do Grau de Confiança¹³. De seguida aplicou-se a RSES e, por fim, a EDS-20. Findo o momento avaliativo, foi comunicado aos sujeitos o verdadeiro objetivo do estudo, concedendo-lhes tempo para esclarecimento de possíveis dúvidas.

¹¹ Condição necessária à administração da GSS, para que os participantes não fiquem cientes de que estão a ser avaliados quanto à sugestionabilidade interrogativa.

¹² Recorreu-se à gravação da tarefa de evocação imediata, mediante consentimento do participante, de modo a permitir uma análise mais fidedigna dos resultados.

¹³ Perante situações em que os sujeitos respondiam “*não sei*”, e antecipando uma possível dificuldade na quantificação desta resposta, questionou-se se conseguiriam optar por uma resposta “*sim/não*”, indicando o grau de confiança nesta. Contudo, optou-se por analisar os resultados com base no primeiro momento de recolha da confiança, de modo a que todos os juízos de confiança correspondessem às respostas originais dos participantes.

Resultados

Os dados desta investigação foram analisados estatisticamente com recurso ao *software IBM SPSS Statistics 27*.

Impacto do tipo de questões e do momento de questionamento na confiança subjetiva

Realizou-se uma análise de variância (ANOVA) de dois fatores para medidas repetidas¹⁴ de modo a verificar se a confiança no tipo de respostas varia consoante o tipo de questões (não sugestivas, direcionadas, com falsas alternativas, e afirmativas) e o momento de questionamento, bem como para averiguar a interação entre estes dois fatores¹⁵ (Tabela 2).

Tabela 2

Análise da confiança nas respostas quanto ao tipo de questão e ao momento de questionamento

		gl	Z	p	η^2
Momento Erro (Momento)	Esfericidade considerada	1 90	11.83	<.001	.116
Questões Erro (Questões)	Huynh-Feldt	2.324 209.132	142.13	<.001	.612
Momento*Questões Erro (Momento*Questões)	Huynh-Feldt	2.732 245.896	4.49	.006	.048

Através da Tabela 2 é possível verificar efeitos estatisticamente significativos relativamente: (i) ao momento de questionamento [$F(1, 90) = 11.83, p < .001$], com uma medida de efeito de $\eta^2 = .116$; (ii) ao tipo de questões [$F(2.324, 209.132) = 142.13, p < .001$], com uma medida de efeito de $\eta^2 = .612$; e (iii) à interação entre estes dois fatores

¹⁴ Recorreu-se ao teste de Mauchly para averiguar o cumprimento do pressuposto da esfericidade, sendo este verificado apenas para o momento de questionamento. Para o tipo de questão e para a interação entre os dois fatores, utilizou-se a correção de Huynh-Feldt.

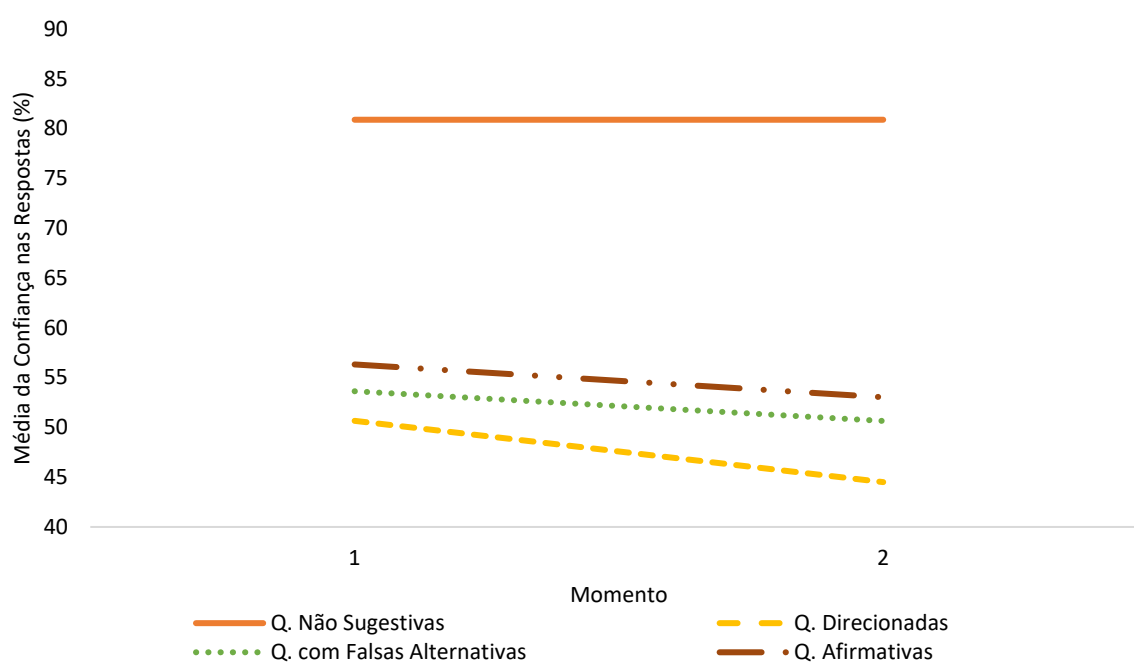
¹⁵ Para tal, criaram-se 8 novas variáveis (correspondentes à média da confiança na resposta a cada tipo de questão, em cada um dos momentos de questionamento), que cumpriram os pressupostos de normalidade e esfericidade (para estatísticas descritivas, cf. Anexo B).

$[F(2.732, 245.896) = 4.49, p = .006]$, com uma medida de efeito de $\eta^2 = .048$. Tendo-se verificado uma interação estatisticamente significativa entre os fatores momento de questionamento e tipo de questões, procedeu-se à análise do gráfico linear correspondente a esta interação (Figura 1).

Interação entre o tipo de questões e o momento de questionamento

Figura 1

Interação entre o tipo de questões e o momento de questionamento



A Figura 1 permite-nos verificar um padrão díspar relativamente à média da confiança nas respostas no momento 1 (M1) e no momento 2 (M2) de questionamento. Mais concretamente, é possível verificar que a média da confiança nas respostas às questões não sugestivas não se alterou (M1: $M = 80.87$; $DP = 14.93$; M2: $M = 80.87$; $DP = 16.60$). Contudo, a média da confiança nas respostas às questões sugestivas diminuiu nos três tipos de questões: afirmativas (M1: $M = 56.31$; $DP = 15.73$; M2: $M = 53.02$; $DP = 17.62$), com falsas alternativas (M1: $M = 53.62$; $DP = 17.67$; M2: $M = 50.64$; $DP = 19.83$), e direcionadas (M1: $M = 50.65$; $DP = 20.51$; M2: $M = 44.50$; $DP = 21.84$).

De modo a explorar a natureza desta interação, efetuaram-se análises *a posteriori* dos efeitos simples das questões (i.e., analisaram-se diferenças na confiança entre questões em ambos os momentos de questionamento). Através da análise de testes de efeitos entre sujeitos (Anexo C), observou-se significância estatística do tipo de questões no primeiro momento de questionamento [$F(2.571, 231.421) = 102.68, p < .001$] (Tabela C1), bem como no segundo momento de questionamento [$F(2.473, 222.604) = 130.52, p < .001$] (Tabela C2), indicando que a média da confiança nas respostas difere de forma significativa em ambos os momentos. Para analisar a origem dessa diferença, procedeu-se à análise das comparações múltiplas da confiança nas respostas consoante o tipo de questões em ambos os momentos de questionamento (Tabela 3). Adicionalmente, efetuaram-se análises *a posteriori* dos efeitos simples do momento (i.e., analisaram-se diferenças na confiança em cada um dos momentos para cada tipo de questão), tendo-se recorrido ao teste *t-student* para amostras emparelhadas (Tabela 4).

Tabela 3

Comparações múltiplas¹⁶ da confiança nas respostas consoante o tipo de questões e o momento de questionamento

		Diferença Média	<i>p</i>	
Momento 1	Q. Não Sugestivas	Q. Direcionadas	30.22*	<.001
		Q. Falsas Alt.	27.25*	<.001
		Q. Afirmativas	24.56*	<.001
	Q. Direcionadas	Q. Não Sugest.	-30.22*	<.001
		Q. Falsas Alt.	-2.96	.609
		Q. Afirmativas	-5.65*	.005
	Q. com Falsas Alternativas	Q. Não Sugest.	-27.25*	<.001
		Q. Direcionadas	2.96	.609
		Q. Afirmativas	-2.69	.514
	Q. Afirmativas	Q. Não Sugest.	-24.56*	<.001
		Q. Direcionadas	5.65*	.005
		Q. Falsas Alt.	2.69	.514

¹⁶ Considerou-se o ajustamento de Bonferroni.

		Diferença Média	<i>p</i>	
Momento 2	Q. Não Sugestivas	Q. Direcionadas	36.37*	<.001
		Q. Falsas Alt.	30.23*	<.001
		Q. Afirmativas	27.85*	<.001
	Q. Direcionadas	Q. Não Sugest.	-36.37*	<.001
		Q. Falsas Alt.	-6.14*	.002
		Q. Afirmativas	-8.51*	<.001
	Q. com Falsas Alternativas	Q. Não Sugest.	-30.23*	<.001
		Q. Direcionadas	6.14*	.002
		Q. Afirmativas	-2.37	.944
	Q. Afirmativas	Q. Não Sugest.	-27.85*	<.001
		Q. Direcionadas	8.51*	<.001
		Q. Falsas Alt.	2.37	.944

*diferença média significativa quando $p < .05$

Através da análise da Tabela 3, e no que concerne ao primeiro momento de questionamento, é possível verificar diferenças estatisticamente significativas entre as médias de confiança nas respostas a questões não sugestivas ($M = 80.87$; $DP = 14.93$) e a todas as questões sugestivas: direcionadas ($M = 50.65$; $DP = 20.51$), com falsas alternativas ($M = 53.62$; $DP = 17.67$) e afirmativas ($M = 56.31$; $DP = 15.73$). Existem, também, diferenças significativas entre as médias de confiança nas respostas a questões sugestivas, mais concretamente entre as questões direcionadas ($M = 50.65$; $DP = 20.51$) e as questões afirmativas ($M = 56.31$; $DP = 15.73$).

Relativamente ao segundo momento de questionamento, verificam-se, novamente, diferenças estatisticamente significativas entre as médias de confiança nas respostas a questões não sugestivas ($M = 80.87$; $DP = 16.60$) e a todas as questões sugestivas: direcionadas ($M = 44.50$; $DP = 21.84$); com falsas alternativas ($M = 50.64$; $DP = 19.83$) e afirmativas ($M = 53.02$; $DP = 17.62$). Também se verificam diferenças estatisticamente significativas entre as médias de confiança nas respostas a questões sugestivas, nomeadamente: entre as médias de confiança nas respostas a questões direcionadas ($M = 44.50$; $DP = 21.84$) e a questões com falsas alternativas ($M = 50.64$;

$DP = 19.83$); e entre as médias de confiança nas respostas a questões direcionadas ($M = 44.50$; $DP = 21.84$) e a questões afirmativas ($M = 53.02$; $DP = 17.62$).

Tabela 4

Comparação da confiança em cada um dos momentos de questionamento para cada tipo de questão

	Média	DP	$t(90)$	p	d
Q. Não Sugestivas	.00	9.57	.00	1.000	.00
Q. Direcionadas	6.15	16.09	3.64	<.001	.38
Q. com Falsas Alternativas	2.97	13.23	2.14	.034	.22
Q. Afirmativas	3.29	12.49	2.51	.014	.26

Com base na Tabela 4, é possível verificar que não se registam diferenças estatisticamente significativas quanto à confiança nas respostas às questões não sugestivas entre o primeiro e o segundo questionamentos ($t(90) = .00$, $p = 1.000$, $d = .00$). Contudo, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas nas questões direcionadas ($t(90) = 3.64$, $p < .001$), com um tamanho do efeito pequeno ($d = .38$), nas questões com falsas alternativas ($t(90) = 2.14$, $p = .034$), com um tamanho do efeito pequeno ($d = .22$), e nas questões afirmativas ($t(90) = 2.51$, $p = .014$), com um tamanho do efeito igualmente pequeno ($d = .26$), quando comparada a confiança nas respostas em ambos os momentos de questionamento.

Correlação entre as medidas da sugestionabilidade interrogativa e a auto-estima e a desejabilidade social

De modo a analisar a correlação entre as medidas de SI da GSS1 (cedência 1, cedência 2, alteração e sugestionabilidade total) e a auto-estima e desejabilidade social,

procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação ρ de Spearman¹⁷ (Tabela 5).

Tabela 5

Correlações entre sugestionabilidade interrogativa e auto-estima e desejabilidade social

		Cedência 1	Cedência 2	Alteração	Sugestionabilidade Total
Auto-Estima	ρ	-.007	-.085	-.111	-.043
	p	.948	.422	.297	.688
Desejabilidade Social	ρ	-.134	-.058	-.067	-.147
	p	.207	.585	.526	.165

Na tabela 5, é possível verificar que não se encontraram correlações estatisticamente significativas entre as medidas de auto-estima e desejabilidade social e as diferentes medidas de SI (cedência 1, cedência 2, alteração e sugestionabilidade total).

Discussão

Este estudo teve como principal objetivo analisar a variação do grau de confiança na resposta às questões da GSS1, averiguando se a confiança subjetiva na resposta difere quando se trata de questões não sugestivas e sugestivas, e, dentro dos três tipos de questões sugestivas, propostos por Gísli Gudjonsson, analisar qual o tipo a que está associado maior/menor confiança na resposta. Adicionalmente, analisaram-se diferenças na média da confiança nas respostas a todos os tipos de questões após a comunicação de *feedback* negativo. Propusemo-nos também averiguar a relação das variáveis individuais auto-estima e desejabilidade social com a SI.

¹⁷ As diferentes medidas da SI, bem como as variáveis auto-estima e desejabilidade social, não cumpriram o pressuposto da normalidade, pelo que se recorreu à alternativa de correlação não paramétrica. As estatísticas descritivas referentes ao desempenho dos sujeitos na GSS1, na RSES e na EDS-20 encontram-se no Anexo D (GSS1: Tabela D1; RSES e EDS-20: Tabela D2).

A primeira hipótese deste estudo – de que o tipo de questões não sugestivas tem associada maior confiança nas respostas, comparativamente ao tipo de questões sugestivas – pode considerar-se corroborada. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o tipo de questões não sugestivas e os três tipos de questões sugestivas, em ambos os momentos de questionamento (pré e pós *feedback* negativo) (cf. Tabela 3), verificando-se que a média de confiança nas respostas às questões não sugestivas (1º momento: $M = 80.87$; $DP = 14.93$; 2º momento: $M = 80.87$; $DP = 16.60$) é superior à média da confiança nas respostas a qualquer um dos tipos de questões sugestivas (cf. Anexo B). Este resultado vai ao encontro dos estudos de Blagrove e Akehurst (2000), que verificaram que questões não sugestivas respondidas corretamente tendem a suscitar mais confiança na resposta, comparativamente a questões sugestivas (respondidas correta ou incorretamente), e de Shaw (1997), que encontrou menor confiança na resposta a questões sugestivas com informação enganadora, comparativamente à confiança na resposta a questões sugestivas com informação correta e a questões não sugestivas. Este resultado converge, também, com a ideia de que as questões sugestivas da GSS1, por tenderem a suscitar confusão e incerteza, estão associadas a um menor nível de confiança nas respostas, comparativamente ao que sucede com questões não sugestivas, formuladas com recurso a informação verdadeira.

Contrariamente ao que se esperava, a segunda hipótese deste estudo não foi corroborada: a média de confiança nas respostas às questões direcionadas (1º momento: $M = 50.65$; $DP = 20.51$; 2º momento: $M = 44.50$; $DP = 21.84$) não é superior à média dos restantes tipos de questões sugestivas, sendo, inclusive, o tipo de questão sugestiva que suscita menor confiança na resposta, em ambos os momentos de questionamento (cf. Anexo B). Adicionalmente, no primeiro momento de questionamento, a confiança nas respostas a este tipo de questões apresentou diferenças estatisticamente significativas relativamente à média da confiança nas respostas às questões afirmativas, sendo que no segundo momento

apresenta diferenças estatisticamente significativas comparativamente à confiança nas respostas a questões afirmativas e com falsas alternativas (cf. Tabela 3). Para interpretar este resultado, é importante repensar os motivos que nos levaram a pressupor uma maior confiança na resposta a este tipo de questões, sendo esses (i) a presença de premissas salientes que remetem para situações verdadeiras, levando a que o sujeito atribua um elevado grau de confiança perante uma resposta de cedência à sugestão, dado não ter de se debater com a incerteza da situação ter acontecido, e (ii) as questões remeterem para situações lógicas e plausíveis de acontecerem, o que poderia suscitar maior confiança na resposta. Contudo, e não obstante as questões conterem premissas verdadeiras e lógicas, associadas a estas premissas estão detalhes enganadores não mencionados na história (e.g. na questão “*os óculos da senhora partiram-se durante a luta?*”, o detalhe “*óculos*” não foi mencionado na narrativa) ou que, ao serem mencionados, não estão associados à premissa da questão (e.g. na questão “*a mala da senhora ficou estragada durante a luta?*”, o detalhe “*mala*” é mencionado na história, mas não há menção desta se ter estragado no decorrer da luta).

Koriat e Goldsmith (1996, como citado em Maras et al., 2020) argumentam que, na resposta a questões, os sujeitos tentam, numa primeira instância, recordar-se de detalhes, de modo a providenciar uma resposta mais completa e minuciosa. Neste sentido, o aspeto mais valorizado para a formulação dos julgamentos de confiança pode ter sido a capacidade dos sujeitos se recordarem do detalhe mencionado. Contudo, sendo que estes detalhes não estão presentes na história original ou não estão associados à situação reportada pela questão, os sujeitos podem ter de efetuar maior esforço cognitivo na tentativa de recordação destes. A literatura tem vindo a apontar para uma relação negativa entre a confiança no depoimento e o esforço gerado pela sua recordação (Albuquerque et al., 2021), nomeadamente no que toca à confiança na resposta a questões de difícil recordação, mesmo que as respostas dadas estejam corretas (Kebbell et al., 1996). A dificuldade de recordação pode, então, conduzir a um menor

grau de confiança na resposta às questões direcionadas, uma vez que, independentemente da resposta dada, é provável que o sujeito tenha de realizar maior esforço cognitivo na tentativa de se recordar da resposta.

Também, ao contrário do que se supôs, a média de confiança nas respostas às questões afirmativas é a mais elevada (1º momento: $M = 56.31$; $DP = 15.73$; 2º momento: $M = 53.02$; $DP = 17.62$) (cf. Anexo B) dos três tipos de questões sugestivas, ao invés de ser a mais baixa, tendo, ainda, apresentado diferenças estatisticamente significativas relativamente à média da confiança nas respostas às questões direcionadas, em ambos os momentos de questionamento da GSS1 (Tabela 3). Gudjonsson (1984, 1997) ressalva que as questões afirmativas não contêm expectativas ou premissas particularmente salientes, tendendo, por esse motivo, a suscitar dúvida e incerteza na resposta, razão pela qual se pressupôs um menor grau de confiança na resposta a este tipo de questões. Ademais, as sugestões introduzidas neste tipo de questões são mais subtis (Oliveira, 2020), comparativamente às sugestões introduzidas nos outros tipos de questões sugestivas. Todavia, a ausência de expectativas e premissas salientes, bem como a presença de sugestões subtis poderá, afinal, estar relacionada com o maior grau de confiança atribuído a estas questões. Como já mencionado, Gudjonsson (1984) argumenta que as questões afirmativas e as questões direcionadas têm uma composição textual semelhante. Efetivamente, as questões afirmativas, à semelhança das questões direcionadas, parecem remeter para situações lógicas (e.g. na questão “*um dos assaltantes gritou para a senhora?*”, é plausível que, perante uma situação de roubo, os assaltantes gritem para a vítima), aludindo a situações do senso comum, bem como a conhecimento e crenças pré-existentes do sujeito relacionadas com o tipo de evento narrado. Este aspeto, só por si, pode remeter para um sentimento de familiaridade relativamente ao conteúdo da questão, suscitando maior confiança na resposta (Brewer et al., 2014). Adicionalmente, e contrariamente às questões direcionadas e às questões com falsas alternativas, as questões

afirmativas não contêm expectativas, premissas, detalhes ou alternativas de resposta particularmente salientes (Gudjonsson, 1984). Este aspeto é de particular relevância, uma vez que a ausência de (i) detalhes enganadores salientes, como os das questões direcionadas, e (ii) alternativas de resposta erradas, como nas questões com falsas alternativas, pode levar a que as questões afirmativas suscitem respostas processadas com maior fluência/facilidade, contrariamente às respostas aos outros tipos de questões, aspeto que se sabe poder contribuir para maior confiança na resposta dada (Kelley & Lindsay, 1993; Shaw, 1996). A junção da plausibilidade/logicidade das questões afirmativas com a ausência de informação enganadora particularmente saliente pode, então, ter contribuído para um maior grau de confiança na resposta a estas questões.

No que concerne à quarta hipótese (H4), pressupôs-se que a média da confiança nas respostas a todas as questões da GSS1 (não sugestivas e diferentes tipos de sugestivas) seria inferior no segundo momento de questionamento (*pós-feedback* negativo) comparativamente às médias do primeiro momento de questionamento (*pré-feedback* negativo). Esta hipótese foi, em parte, corroborada, uma vez que a média da confiança nas respostas aos três tipos de questões sugestivas apresentou uma diminuição estatisticamente significativa após o *feedback* negativo (cf. Tabela 4 e Anexo B). Porém, a média da confiança nas respostas às questões não sugestivas entre momentos não apresentou diferenças estatisticamente significativas (Tabela 4). A constatação de que a média da confiança nas respostas a questões sugestivas diminuiu significativamente, no segundo momento de questionamento, está de acordo com as teorizações de Gudjonsson e Clark (1986) e Schooler e Loftus (1986), que encaram o *feedback* negativo explícito como potenciador de menor confiança nas recordações, conduzindo, conseqüentemente, a um aumento de incerteza nas respostas dadas. Este resultado converge, também, com os resultados dos estudos de Luus e Wells (1994) e Leippe (2006) que constataram uma diminuição da confiança perante a comunicação de *feedback*

negativo, ainda que este tenha sido dado ao contrapor a recordação de um sujeito à da co-testemunha. Adicionalmente, sabe-se que as questões sugestivas tendem, *per si*, a suscitar maior confusão e incerteza no indivíduo (Gudjonsson, 1997). Assim, perante o *feedback* negativo, o sujeito pode ter assumido que as respostas que errou estavam associadas às questões sugestivas, depositando um grau de confiança ainda menor nestas, comparativamente à confiança dada no primeiro momento de questionamento. A constatação de que a pressão interrogativa não diminuiu a confiança na resposta a questões não sugestivas pode estar relacionada com a já abordada facilidade de recordação: as questões não sugestivas, por remeterem para informação verídica a que o sujeito foi pré-exposto na história, podem suscitar maior facilidade de recordação, conseqüentemente potenciando níveis de confiança elevados (Kelley & Lindsay, 1993). Esta pista intrínseca pode ter auxiliado os sujeitos na formulação dos julgamentos de confiança, levando a que desconsiderassem o *feedback* negativo perante as questões não sugestivas.

O efeito de interação que se verificou entre o tipo de questões e o momento de questionamento (cf. Tabela 2) parece decorrer da diminuição acentuada da confiança na resposta às questões direcionadas, aquando do segundo momento de questionamento (cf. Figura 1 e Anexo B). Por sua vez, esta diminuição levou a que, após o *feedback* negativo, a confiança nas respostas a este tipo de questões apresentasse diferenças estatisticamente significativas relativamente a todos os outros tipos de questões, aspeto que difere do primeiro momento de questionamento (neste, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a confiança nas respostas às questões direcionadas e às questões com falsas alternativas) (cf. Tabela 3). A diminuição acentuada da confiança nas respostas às questões direcionadas pode decorrer do facto de este tipo de questões, por já terem suscitado níveis de confiança nas respostas mais baixos no primeiro momento de questionamento, deixarem os sujeitos ainda mais incertos da sua resposta após o *feedback* negativo. Estudos

futuros deveriam focar-se na avaliação da confiança nas respostas aos diferentes tipos de questões sugestivas da GSS1 pré e pós comunicação do *feedback* negativo, de modo a averiguar (i) se se mantém uma interação estatisticamente significativa entre os fatores tipo de questões e momento, e, caso se verifique essa interação, (ii) se o padrão desta se constata semelhante ao obtido neste estudo.

A quinta hipótese deste estudo teve por base diversas investigações (e.g. Bain et al., 2004; Baxter et al., 2003) que apontavam para uma relação negativa entre a auto-estima e a SI. Em parte, os resultados encontrados vão ao encontro do esperado, verificando-se uma direção negativa na relação entre a auto-estima e todas as medidas da GSS1. Contudo é de sublinhar que não foram obtidas correlações estatisticamente significativas (cf. Tabela 5). Este resultado converge com os obtidos por Drake et al. (2008), que argumentam que a correlação estatisticamente significativa entre estas variáveis, comumente documentada na literatura, pode ser camuflada pelo facto de os sujeitos enfatizarem em demasia os seus atributos positivos, desvalorizando os negativos (Drake et al., 2008). Esta ideia pode, também, auxiliar na compreensão dos resultados obtidos no presente estudo, sobretudo considerando que a média da idade dos sujeitos ($M = 23.31$; $DP = 2.86$) é semelhante à idade da investigadora, e que esta conhece pessoalmente alguns dos sujeitos, o que pode ter levado a uma tentativa de externalizar uma auto-imagem mais positiva de si mesmos.

A sexta hipótese deste estudo, de acordo com a qual se verificaria uma correlação positiva entre desejabilidade social e SI, não foi corroborada: não foram obtidas correlações estatisticamente significativas entre estas variáveis (cf. Tabela 5). Efetivamente, estudos anteriores têm vindo a encontrar correlações baixas ou moderadas entre estas variáveis (e.g. Gudjonsson, 1983; Penajoia et al. 2015; Richardson & Kelly, 2004), o que leva a crer que a relação entre ambas pode não ser verificada em todos os tipos de estudos e amostras. Adicionalmente, o sentido registado da relação entre estas variáveis foi negativo, o que

contraria a tendência identificada na literatura para uma relação positiva (e.g. Penajoya, 2015), mesmo em situações em que não se obteve uma correlação significativa (e.g. Muris et al., 2004). No decorrer da administração dos protocolos deste estudo, notou-se uma tendência de vários sujeitos verbalizarem que o conteúdo das questões da EDS-20 (e.g. “*Às vezes gosta de falar da vida dos outros?*”) reporta comportamentos comuns a qualquer pessoa. Esta generalização das situações reportadas pelas questões poderá ter-se refletido numa forma de validação dos próprios comportamentos perante a investigadora, levando a que os sujeitos sentissem legitimidade para responder ao questionário de modo mais honesto, apresentando, assim, níveis de desejabilidade social mais baixos do que o esperado. Efetivamente, os valores médios dos sujeitos na EDS-20 ($M = 6.03$; $DP = 3.42$) (cf. Anexo E) são inferiores aos valores médios disponibilizados por Almiro et al. (2017) para a amostra da comunidade consoante a idade ($M = 8.47$; $DP = 4.03$), o que indica que os sujeitos não tentaram externalizar uma melhor imagem de si mesmos.

Este estudo apresenta limitações, que devem ser tidas em conta. No que respeita à avaliação do grau de confiança, alguns estudos têm referido que a ausência de um método consensualmente eficaz na recolha da confiança da testemunha pode constituir-se como uma limitação à avaliação desta (Berkowitz & Frennda, 2018; Cecconello & Stein, 2020). Brewer et al. (2014) identificam alguns fatores que poderão afetar a fiabilidade das escalas de avaliação da confiança; entre eles: i) a capacidade dos sujeitos exteriorizarem uma representação interna de confiança para os níveis presentes nas escalas (tipicamente de 0% a 100% ou de 1 a 7), argumentando que escalas verbais poderão ser mais benéficas que escalas numéricas (Windschitl & Wells, 1996, como citado em Brewer et al, 2014); e ii) a hipótese dos sujeitos responderem “*não sei*” ou equivalente, argumentando que tais respostas podem dificultar a quantificação de um nível de confiança adequado, confundindo tanto o sujeito, como o interrogador. Efetivamente, esta limitação foi identificada no presente estudo, uma

vez que as respostas “*não sei*” apresentaram níveis de confiança entre 0% e 100%, refletindo uma fraca compreensão do teor da resposta “*não sei*”. Outra limitação prende-se com a escassez de estudos que avaliem a confiança na resposta a questões sugestivas e, sobretudo, na resposta aos diferentes tipos de questões sugestivas propostos por Gudjonsson (1984). Não obstante, parece ser possível estabelecer relação entre alguns dos resultados obtidos por nós e pistas provenientes da metamemória (e.g. fluência na recordação, familiaridade da informação), comumente referidas na literatura como uma possível fonte de formulação dos julgamentos de confiança (Leippe & Eisenstadt, 2014). Por esse motivo, destaca-se a importância de que investigações futuras aprofundem a relação entre estes subprodutos do processo de recuperação da memória e a confiança na resposta a diferentes tipos de questões sugestivas, dado que, nestas, a introdução de informação enganadora poderá dificultar o acesso direto ao traço mnésico.

Ainda no que respeita a estudos futuros, seria desejável avaliar a relação entre confiança e exatidão (relação C-E) na resposta às questões da GSS1, de modo a analisar se as questões associadas a respostas com maior confiança têm tendência a apresentar maior cedência à sugestão, dado que a literatura aponta para uma tendência para a sobreconfiança (i.e., valores mais elevados de confiança relativamente à exatidão da resposta) perante questões de testemunho (Fundinho et al., 2015; Luna & Martin-Luengo, 2012). Para além disso, a investigação alusiva à relação C-E – não obstante os numerosos estudos neste âmbito – suscita discordância e resultados contraditórios, pelo que se afigura necessária investigação adicional sobre este tema. Ademais, neste estudo utilizou-se a versão breve da GSS1, pelo que não foi realizado o intervalo de retenção, com duração típica de 50 minutos. Ainda que a versão breve deste instrumento pareça não influenciar os resultados das medidas da SI (Smeets et al., 2009), seria interessante perceber se o intervalo de retenção pode influenciar a confiança na resposta a questões sugestivas e não sugestivas, dado que, em contexto real e

prático, o período temporal entre o evento testemunhado e o questionamento policial tende a ser longo (Gous & Wheatcroft, 2020). Adicionalmente, tal como Gudjonsson (2003) identifica diversas variáveis individuais que podem ter influência na SI, pode ser igualmente relevante explorar a relação entre determinadas variáveis individuais e a confiança nas respostas, dado que esta última se refere a uma estimativa subjetiva do que cada pessoa se recorda (Nolan & Markham, 1998; Roebbers, 2002). Alguns estudos têm procurado identificar de que modo certas variáveis individuais (e.g. personalidade, auto-estima, impulsividade, tomada de decisão) interferem com a relação C-E, embora não tenham tido êxito em estabelecer essa relação (e.g. Fundinho et al., 2015). Tendo em conta a complexidade da relação entre a confiança e exatidão das recordações, bem como a relevância das variáveis individuais e da confiança subjetiva no sistema legal, parece relevante continuar a investigar uma possível relação entre variáveis individuais e confiança subjetiva.

Conclusões

As testemunhas são elementos fulcrais aos processos legais, sendo a informação reportada por estas fundamental e frequentemente decisiva nos veredictos finais dos tribunais (Gous & Wheatcroft, 2020; Michael & Garry, 2015). Ainda que o uso de técnicas de questionamento sugestivas possa distorcer gravemente as recordações das testemunhas, os membros do sistema legal parecem manter a crença, comumente enraizada, de que testemunhas muito confiantes são mais exatas. Contudo, alguns autores indicam que, perante situações de exposição a desinformação ou procedimentos desadequados, a confiança depositada nas respostas não está relacionada com a exatidão destas (Brewer & Wells, 2006; Wixted & Wells, 2017). Pela sua evidente relevância e pela lacuna identificada na literatura, este estudo pretendeu contribuir para a compreensão do impacto do questionamento sugestivo e da pressão interrogativa (*feedback* negativo) na confiança das testemunhas perante as

questões da GSS1, focando-se ainda na análise da correlação entre as variáveis individuais auto-estima e desejabilidade social com a SI.

Os resultados obtidos no presente estudo indicam que a média da confiança na resposta a questões não sugestivas é significativamente superior à média da confiança na resposta a todos os tipos de questões sugestivas, em ambos os questionamentos da GSS1. No que concerne às questões sugestivas, verificou-se que o tipo de questões direcionadas suscita menor confiança na resposta, em ambos os momentos de questionamento, sendo o tipo de questões afirmativas o que suscita maior confiança na resposta, igualmente em ambos os momentos de questionamento. Após a comunicação do *feedback* negativo, constatou-se uma diminuição estatisticamente significativa da média da confiança na resposta a todas as questões sugestivas (direcionadas, com falsas alternativas e afirmativas), não se verificando diferenças significativas na média da confiança na resposta às questões não sugestivas. Por fim, não se obtiveram correlações estatisticamente significativas entre a SI e a auto-estima e desejabilidade social, apesar de diversos estudos apontarem uma correlação de ambas com a SI, pelo que futuras investigações devem procurar esclarecer esta relação.

Da interpretação ponderada destes resultados, é possível inferir implicações relevantes quanto ao impacto do tipo de questões e do *feedback* negativo na confiança subjetiva da testemunha. No que concerne ao tipo de questões, a descoberta de que as questões não sugestivas suscitam maior confiança na resposta, comparativamente às questões sugestivas, revela-se animadora, tendo em consideração que este tipo de questões, por não conter informação enganadora, deverá suscitar respostas mais fidedignas. Relativamente ao menor grau de confiança associado à resposta a questões sugestivas (direcionadas, com falsas alternativas e afirmativas), este pode traduzir-se numa descredibilização da informação reportada pela testemunha. Ainda que as questões sugestivas tendam a distorcer as memórias das testemunhas, suscitando respostas erróneas (nesse caso, um menor grau de confiança

pode, efetivamente, prever a menor exatidão da resposta) (Gous & Wheatcroft, 2020; Michael & Garry, 2019), a resposta correta a uma questão sugestiva poderá ser considerada menos fidedigna pelos membros do sistema legal, caso tenha sido dada com um menor grau de confiança. No que respeita ao impacto do *feedback* negativo, a diminuição da confiança na resposta a questões sugestivas pode, do mesmo modo, fomentar dúvidas relativamente à credibilidade do testemunho.

De modo a prevenir possíveis erros de justiça decorrentes de uma compreensão e interpretação insuficientes dos julgamentos de confiança, é crucial que os diferentes membros do sistema judicial e legal (e.g. polícias, júris) sejam instruídos quanto ao impacto de técnicas de questionamento sugestivas na confiança das testemunhas. Adicionalmente, urge que sejam adotadas técnicas de questionamento que visem aumentar a capacidade de recordação das testemunhas, sem a associação a informação enganadora ou distorcida, tais como a entrevista cognitiva aumentada (Albuquerque et al., 2021), potenciando a formulação de julgamentos de confiança mais realistas (i.e., associados à exatidão das recordações).

Concluindo, ainda que alguns dos resultados obtidos no presente estudo, com caráter exploratório, não tenham ido ao encontro do inicialmente esperado, estes podem contribuir para a compreensão teórica da maleabilidade e complexidade da confiança subjetiva em contexto de questionamento sugestivo. Destaca-se a necessidade de que estudos futuros se foquem na temática da confiança, contribuindo para a exploração desta variável tão relevante em contexto legal, bem como colmatando a lacuna existente no que respeita à avaliação da confiança no relato testemunhal.

Bibliografia

- Albuquerque, P. B., Rodrigues, P. F., & Pandeirada, J. N. (2021). Os (Des)arranjos da memória no testemunho. In L. Alho & M. Paulino (Eds.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 69-85). PACTOR.
- Almiro, P. A., Almeida, D., Ferraz, A. M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I. S., Gonçalves, S., Sousa, L. B., & Simões, M. R. (2017). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M. R. Simões, L. S. Almeida, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia Forense: Instrumentos de Avaliação* (pp. 335-352). PACTOR.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology, 9*(2), 239–252.
<https://doi.org/10.1348/1355325041719419>
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences, 35*(6), 1285–1292. [https://doi.org/10.1016/s0191-8869\(02\)00349-5](https://doi.org/10.1016/s0191-8869(02)00349-5)
- Berkowitz, S. R., & Frenda, S. J. (2018). Rethinking the confident eyewitness: A reply to Wixted, Mickes, & Fisher. *Perspectives on Psychological Science, 13*(3), 336-338.
<https://doi.org/10.1177/1745691617751883>
- Blagrove, M., & Akehurst, L. (2000). Effects of sleep loss on confidence–accuracy relationships for reasoning and eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Applied, 6*(1), 59–73. <https://doi.org/10.1037/1076-898x.6.1.59>
- Bradfield, A. L., Wells, G. L., & Olson, E. A. (2002). The damaging effect of confirming feedback on the relation between eyewitness certainty and identification accuracy. *Journal of Applied Psychology, 87*(1), 112–120. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.87.1.112>

- Brewer, N., & Doyle, J. (2021). Changing the face of police lineups: Delivering more information from witnesses. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, *10*(2), 180–195. <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2020.12.004>
- Brewer, N., & Wells, G. L. (2006). The confidence-accuracy relationship in eyewitness identification: Effects of lineup instructions, foil similarity, and target-absent base rates. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, *12*(1), 11–30. <https://doi.org/10.1037/1076-898x.12.1.11>
- Brewer, N., Weber, N. & Semmler, C. (2014). A role for theory in eyewitness identification research. In R. C. Lindsay, D. G. Ross, J. D. Read, & M. P. Toglia (Eds.), *The handbook of eyewitness psychology: Volume 2 Memory for people* (pp. 201-218). Psychology Press.
- Brewer, W. F., & Sampaio, C. (2012). The metamemory approach to confidence: A test using semantic memory. *Journal of Memory and Language*, *67*(1), 59–77. <https://doi.org/10.1016/j.jml.2012.04.002>
- Brown, J. D., & Marshall, M. A. (2006). The Three Faces of Self-Esteem. In M. H. Kernis (Ed.), *Self-esteem issues and answers: A sourcebook of current perspectives* (pp. 4–9). Psychology Press.
- Caridade, S. (2021). Psicologia do testemunho: Uma abordagem histórica e compreensiva. In L. Alho & M. Paulino (Eds.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 1-14). PACTOR.
- Cecconello, W. W., & Stein, L. M. (2020). Prevenindo injustiças: Como a psicologia do testemunho pode ajudar a compreender e prevenir o falso reconhecimento de suspeitos. *Avances En Psicología Latinoamericana*, *38*(1), 172. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6471>

- Coffin, T. E. (1941). Some conditions of suggestion and suggestibility: A study of certain attitudinal and situational factors influencing the process of suggestion. *Psychological Monographs*, 53(4), 1–125. <https://doi.org/10.1037/h0093490>
- Costa, C., & Pereira, M. (2021). Técnicas de entrevista e interrogatório. In L. Alho & M. Paulino (Eds.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 181-198). PACTOR.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349–354. <https://doi.org/10.1037/h0047358>
- Davis, D., & Loftus, E. F. (2012). Internal and external sources of misinformation in adult witness memory. In M. P. Toglia, J. D. Read, D. F. Ross, & R. C. Lindsay (Eds.), *The handbook of eyewitness psychology: Volume 1 Memory for events* (pp. 195-238). Routledge.
- Deffenbacher, K. A. (1980). Eyewitness accuracy and confidence: Can we infer anything about their relationship? *Law and Human Behavior*, 4(4), 243–260. <https://doi.org/10.1007/bf01040617>
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. [Doctoral Thesis, University of Leicester].
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology*, 13(2), 299–307. <https://doi.org/10.1348/135532507x209981>
- Eysenck, H. J. (1943). Suggestibility and hysteria. *Journal of Neurology & Psychiatry*, 6, 22–31. <https://doi.org/10.1136/jnnp.6.1-2.22>

- Eysenck, H. J., & Furneaux, W. D. (1945). Primary and secondary suggestibility: An experimental and statistical study. *Journal of Experimental Psychology*, 35(6), 485–503. <https://doi.org/10.1037/h0054976>
- Fox, S. G., & Walters, H. A. (1986). The impact of general versus specific expert testimony and eyewitness confidence upon mock juror judgment. *Law and Human Behavior*, 10(3), 215–228. <https://doi.org/10.1007/bf01046211>
- Fundinho, J. F., Luna, K., & Albuquerque, P. B. (2015). A confiança em testemunhas: O papel das diferenças individuais. *Análise Psicológica*, 33(3), 265–277. <https://doi.org/10.14417/ap.967>
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences*, 7(3), 385–400. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(86\)90014-0](https://doi.org/10.1016/0191-8869(86)90014-0)
- Garrett, B. L. (2011). *Convicting the innocent: Where criminal prosecutions go wrong*. Harvard University Press.
- Gheorghiu, V. A. (1989). The development of research on suggestibility: Critical considerations. In V. A. Gheorghiu, P. Netter, H. J. Eysenck, & R. Rosenthal (Eds.), *Suggestion and suggestibility: Theory and research* (pp. 3-56). Springer-Verlag. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-73875-3>
- Gous, G., & Wheatcroft, J. M. (2020). Directive leading questions and preparation technique effects on witness accuracy. *SAGE Open*, 10(1), 1-12. <https://doi.org/10.1177/2158244019899053>
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *The British Journal of Psychiatry*, 142(1), 35–37. <https://doi.org/10.1192/bjp.142.1.35>
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5(3), 303–314. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(84\)90069-2](https://doi.org/10.1016/0191-8869(84)90069-2)

- Gudjonsson, G. H. (1987). A parallel form of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *British Journal of Clinical Psychology*, 26(3), 215–221. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1987.tb01348.x>
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*. Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. John Wiley & Sons, Ltd.
- Gudjonsson, G. H. (2018). *The psychology of false confessions: Forty years of science and practice*. John Wiley & Sons Ltd.
- Gudjonsson, G. H., & Clark, N. K. (1986). Suggestibility in police interrogation: A social psychological model. *Social Behaviour*, 1, 83–104.
- Gudjonsson, G. H., & Lister, S. (1984). Interrogative suggestibility and its relationship with self-esteem and control. *Journal of the Forensic Science Society*, 24(2), 99–110. [https://doi.org/10.1016/s0015-7368\(84\)72302-4](https://doi.org/10.1016/s0015-7368(84)72302-4)
- Haraldsson, E. (1985). Interrogative suggestibility and its relationship with personality, perceptual defensiveness and extraordinary beliefs. *Personality and Individual Differences*, 6(6), 765–767. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(85\)90087-X](https://doi.org/10.1016/0191-8869(85)90087-X)
- Henkel, L. A. (2016). Inconsistencies across repeated eyewitness interviews: supportive negative feedback can make witnesses change their memory reports. *Psychology Crime & Law*, 23(2), 97–117. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2016.1225051>
- Hooper, V.-R., Chou, S., & Browne, K. D. (2016). A systematic review on the relationship between self-esteem and interrogative suggestibility. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 27(6), 761–785. <https://doi.org/10.1080/14789949.2016.1201844>

- Howie, P. M., & Dowd, H. J. (1996). Self-esteem and the perceived obligation to respond: Effects on children's testimony. *Legal and Criminological Psychology, 1*(2), 197–209. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8333.1996.tb00318.x>
- Ibabe, I., & Sporer, S. L. (2004). How you ask is what you get: On the influence of question form on accuracy and confidence. *Applied Cognitive Psychology, 18*(6), 711–726. <https://doi.org/10.1002/acp.1025>
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions. *Psychological Science in the Public Interest, 5*(2), 33–67. <https://doi.org/10.1111/j.1529-1006.2004.00016.x>
- Kebbell, M. R., & Giles, D. C. (2000). Some experimental influences of lawyers' complicated questions on eyewitness confidence and accuracy. *The Journal of Psychology, 134*(2), 129–139. <https://doi.org/10.1080/00223980009600855>
- Kebbell, M. R., & Milne, R. (1998). Police officers' perceptions of eyewitness performance in forensic investigations. *The Journal of Social Psychology, 138*(3), 323–330. <https://doi.org/10.1080/00224549809600384>
- Kebbell, M. R., Wagstaff, G. F., & Covey, J. (1996). The influence of item difficulty on the relationship between eyewitness confidence and accuracy. *British Journal of Psychology, 87*(4), 653–662. doi.org/10.1111/j.2044-8295.1996.tb02614.x
- Kelley, C. M., & Lindsay, D. S. (1993). Remembering mistaken for knowing: Ease of retrieval as a basis for confidence in answers to general knowledge questions. *Journal of Memory and Language, 32*(1), 1–24. <https://doi.org/10.1006/jmla.1993.1001>
- Koriat, A. (2007). Metacognition and consciousness. In P. D., Zelazo, M., Moscovitch, & E., Thompson. (Eds.), *The Cambridge handbook of consciousness* (pp. 289 – 325). Cambridge University Press.

- Koriat, A. (2008). Subjective confidence in one's answers: The consensuality principle. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 34(4), 945–959. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.34.4.945>
- Koriat, A. (2012). The self-consistency model of subjective confidence. *Psychological Review*, 119(1), 80–113. <https://doi.org/10.1037/a0025648>
- Leippe, M. R. (1980). Effects of integrative memorial and cognitive processes on the correspondence of eyewitness accuracy and confidence. *Law And Human Behavior*, 4(4), 261–274. <https://doi.org/10.1007/bf01040618>
- Leippe, M. R., & Eisenstadt, D. (2014). Eyewitness confidence and the confidence-accuracy relationship in memory for people. In R. C., Lindsay, D. F., Ross, J. D., Read, & M. P., Toglia. (Eds.), *The handbook of eyewitness psychology: Volume 2 Memory for people*. (pp. 377 – 425). Psychology Press.
- Leippe, M. R., Eisenstadt, D., Rauch, S. M., & Stambush, M. A. (2006). Effects of social-comparative memory feedback on eyewitnesses' identification confidence, suggestibility, and retrospective memory reports. *Basic and Applied Social Psychology*, 28(3), 201–220. https://doi.org/10.1207/s15324834basp2803_1
- Leo, R. A. (2009). *Police interrogations and American justice*. Harvard University Press.
- Lindsay, R. C., Wells, G. L., & Rumpel, C. M. (1981). Can people detect eyewitness-identification accuracy within and across situations? *Journal of Applied Psychology*, 66(1), 79–89. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.66.1.79>
- Loftus, E. F. (1975). Leading questions and the eyewitness report. *Cognitive Psychology*, 7(4), 560–572. [https://doi.org/10.1016/0010-0285\(75\)90023-7](https://doi.org/10.1016/0010-0285(75)90023-7)

- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13(5), 585–589. [https://doi.org/10.1016/s0022-5371\(74\)80011-3](https://doi.org/10.1016/s0022-5371(74)80011-3)
- Loftus, E. F., & Zanni, G. (1975). Eyewitness testimony: The influence of the wording of a question. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 5(1), 86–88. <https://doi.org/10.3758/bf03336715>
- Loftus, E. F., Miller, D. G., & Burns, H. J. (1978). Semantic integration of verbal information into a visual memory. *Journal of Experimental Psychology*, 4(1), 19–31. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.4.1.19>
- Luna, K., & Martín-Luengo, B. (2012). Confidence-accuracy calibration with general knowledge and eyewitness memory cued recall questions. *Applied Cognitive Psychology*, 26(2), 289–295. <https://doi.org/10.1002/acp.1822>
- Luus, C. A., & Wells, G. L. (1994). The malleability of eyewitness confidence: Co-witness and perseverance effects. *Journal of Applied Psychology*, 79(5), 714–723. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.79.5.714>
- Maras, K., Norris, J. E., & Brewer, N. (2020). Metacognitive monitoring and control of eyewitness memory reports in autism. *Autism Research*, 13(11), 2017–2029. <https://doi.org/10.1002/aur.2278>
- Marrone, D. B., Souza, L. K., & Hutz, C. S. (2019). O uso de escalas psicológicas para avaliar autoestima. *Revista Avaliação Psicológica*, 18(03). <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1803.15982.02>
- Michael, R. B., & Garry, M. (2015). Ordered questions bias eyewitnesses and jurors. *Psychonomic Bulletin & Review*, 23(2), 601–608. <https://doi.org/10.3758/s13423-015-0933-1>

- Michael, R. T., & Garry, M. (2019). How do ordered questions bias eyewitnesses? *Memory*, 27(7), 904–915. <https://doi.org/10.1080/09658211.2019.1607388>
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological Reports*, 94(1), 264–266. <https://doi.org/10.2466/pr0.94.1.264-266>
- Nolan, J. A., & Markham, R. (1998). The accuracy-confidence relationship in an eyewitness task: anxiety as a modifier. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 43-54. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0720\(199802\)12:1<43::AID-ACP487>3.0.CO;2-1](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0720(199802)12:1<43::AID-ACP487>3.0.CO;2-1)
- Nurmoja, M., & Bachmann, T. (2008). On the role of trait-related characteristics in interrogative suggestibility: An example from Estonia. *Trames Journal of the Humanities and Social Sciences*, 12(4), 371. <https://doi.org/10.3176/tr.2008.4.01>
- Oliveira, I. (2020). *Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/94441>
- Otgaar, H., & Howe, M. L. (2018). *Finding the truth in the courtroom: Dealing with deception, lies, and Memories*. Oxford University Press.
- Otgaar, H., Howe, M. L., & Dodier, O. (2022). What can expert witnesses reliably say about memory in the courtroom? *Forensic Science International: Mind and Law*, 3, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2022.100106>
- Pechorro, P., Marôco, J., Poiares, C., & Vieira, R. X. (2011). Validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg com adolescentes portugueses em contexto forense e escolar. *Arquivos de Medicina*, 25(5/6), 174–179.

- Penajoia, M. S., Pinho, M. S., & Dias, I. T. (2015). Influência da familiaridade com procedimentos judiciais de interrogatório na sugestionabilidade interrogativa de reclusos reincidentes. *Análise Psicológica*, 33(3), 251–264. <https://doi.org/10.14417/ap.861>
- Penrod, S., & Cutler, B. (1995). Witness confidence and witness accuracy: Assessing their forensic relation. *Psychology, Public Policy, and Law*, 1(4), 817–845. <https://doi.org/10.1037/1076-8971.1.4.817>
- Perfect, T. J. (2004). The role of self-rated ability in the accuracy of confidence judgements in eyewitness memory and general knowledge. *Applied Cognitive Psychology*, 18(2), 157–168. <https://doi.org/10.1002/acp.952>
- Pires, R. (2011). Gudjonsson Suggestibility Scale - Portuguese version. *PsycTESTS Dataset*. <https://doi.org/10.1037/t62417-000>
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54(2), 251-255. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2012.09.008>
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 38(1), 177-186. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2004.03.018>
- Powers, P. A., Andriks, J. L., & Loftus, E. F. (1979). Eyewitness accounts of females and males. *Journal of Applied Psychology*, 64(3), 339–347. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.64.3.339>
- Read, J. D. (1995). The availability heuristic in person identification: The sometimes misleading consequences of enhanced contextual information. *Applied Cognitive Psychology*, 9(2), 91–121. <https://doi.org/10.1002/acp.2350090202>

- Richardson, G. P., & Kelly, T. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalized adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36(2), 485–494.
[https://doi.org/10.1016/s0191-8869\(03\)00263-0](https://doi.org/10.1016/s0191-8869(03)00263-0)
- Ridley, A. M. (2013). Suggestibility: A history and introduction. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Roy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp. 1-19). Wiley-Blackwell.
- Roebbers, C. M. (2002). Confidence judgments in children's and adult's event recall and suggestibility. *Developmental Psychology*, 38(6), 1052–1067.
<https://doi.org/10.1037/0012-1649.38.6.1052>
- Roediger, H. L., Wixted, J. H., & Desoto, K. A. (2012). The curious complexity between confidence and accuracy in reports from memory. *Memory and Law*, 84–117.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199920754.003.0004>
- Rosenberg, M. (1965). Rosenberg self-esteem scale. *PsycTESTS Dataset*.
<https://doi.org/10.1037/t01038-000>
- Santos, P. J. (2008, October 2-4). *Validação da Rosenberg Self-esteem Scale numa amostra de estudantes do ensino superior* [Paper Presentation]. Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Braga. <https://hdl.handle.net/10216/16164>
- Santos, P. J., & Maia, J. (2003). Análise factorial confirmatória e validação preliminar de uma versão portuguesa da escala de auto-estima de Rosenberg. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 8(2), 253-268.
- Saraiva, R. B., Hope, L., Horselenberg, R., Ost, J., Sauer, J. D., & Van Koppen, P. J. (2019). Using metamemory measures and memory tests to estimate eyewitness free recall performance. *Memory*, 28(1), 94–106.
<https://doi.org/10.1080/09658211.2019.1688835>

- Schooler, J. W., & Loftus, E. F. (1986). Individual differences and experimentation: Complementary approaches to interrogative suggestibility. *Social Behaviour, 1*(2), 105-112.
- Shaw, J. S. (1996). Increases in eyewitness confidence resulting from postevent questioning. *Journal of Experimental Psychology: Applied, 2*(2), 126–146.
<https://doi.org/10.1037/1076-898X.2.2.126>
- Shaw, J. S., Garven, S., & Wood, J. M. (1997). Co-witness information can have immediate effects on eyewitness memory reports. *Law and Human Behavior, 21*(5), 503–523.
<https://doi.org/10.1023/a:1024875723399>
- Shaw, J. S., & McClure, K. A. (1996). Repeated postevent questioning can lead to elevated levels of eyewitness confidence. *Law and Human Behavior, 20*(6), 629–653.
<https://doi.org/10.1007/BF01499235>
- Shaw, J. S., McClure, K. A., & Dykstra, J. A. (2012). Eyewitness confidence from the witnessed event through the trial. In M. P., Toglia, J. D., Read, D. F., Ross, & R. C., Lindsay. (Eds.), *The handbook of eyewitness psychology: Volume 1 Memory for events* (pp. 371 – 397). Routledge.
- Smeets, T., Leppink, J., Jelicic, M., & Merckelbach, H. (2009). Shortened versions of the Gudjonsson Suggestibility Scale meet the standards. *Legal and Criminological Psychology, 14*(1), 149–155. <https://doi.org/10.1348/135532507x190207>
- Tomes, J. L., & Katz, A. N. (2000). Confidence–accuracy relations for real and suggested events. *Memory, 8*(5), 273–283. <https://doi.org/10.1080/09658210050117708>
- Weingardt, K. R., Leonasio, R. J., & Loftus, E. F. (1996). Viewing eyewitness research from a metacognitive perspective. In J. Meltcafe & A. P. Shimamura (Eds.), *Metacognition: Knowing about knowing* (pp. 157-184). MIT Press.

- Wells, G. L., & Bradfield, A. L. (1998). "Good, you identified the suspect": Feedback to eyewitnesses distorts their reports of the witnessing experience. *Journal of Applied Psychology*, 83(3), 360–376. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.83.3.360>
- Wells, G. L., Lindsay, R. C., & Ferguson, T. J. (1979). Accuracy, confidence, and juror perceptions in eyewitness identification. *Journal of Applied Psychology*, 64(4), 440–448. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.64.4.440>
- Wells, G. L., Memon, A., & Penrod, S. D. (2006). Eyewitness evidence. *Psychological Science in the Public Interest*, 7(2), 45–75. <https://doi.org/10.1111/j.1529-1006.2006.00027.x>
- Wixted, J. T., & Wells, G. L. (2017). The relationship between eyewitness confidence and identification accuracy: A new synthesis. *Psychological Science in the Public Interest*, 18(1), 10–65. <https://doi.org/10.1177/1529100616686966>
- Wixted, J. T., Mickes, L., Clark, S. L., Gronlund, S. D., & Roediger, H. L. (2015). Initial eyewitness confidence reliably predicts eyewitness identification accuracy. *American Psychologist*, 70(6), 515–526. <https://doi.org/10.1037/a0039510>
- Zaragoza, M. S., & Mitchell, K. J. (1996). Repeated exposure to suggestion and the creation of false memories. *Psychological Science*, 7(5), 294–300. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1996.tb00377.x>
- Zaragoza, M. S., Payment, K. E., Ackil, J. K., Drivdahl, S. B., & Beck, M. R. (2001). Interviewing witnesses: Forced confabulation and confirmatory feedback increase false memories. *Psychological Science*, 12(6), 473–477. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00388>

Anexos

Anexo A
Consentimento Informado

Eu, _____, aceito participar voluntariamente na presente investigação sobre memória, tendo sido informado(a) dos seus objetivos. Neste âmbito, aceito que as minhas respostas sejam gravadas em formato áudio. Declaro que todas as perguntas ou dúvidas relativas à investigação foram devidamente esclarecidas. Fui informado(a) de que em qualquer momento posso recusar a colaboração no estudo, sem que isso traga quaisquer consequências para mim. Foi-me ainda garantida a confidencialidade e anonimato dos meus dados, sendo estes utilizados exclusivamente no âmbito do estudo em questão.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Anexo B

Estatísticas descritivas relativamente à confiança na resposta às questões da GSS1, por tipo de questão

	1º Questionamento		2º Questionamento		Ambos os Questionamentos	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Questões Não Sugestivas	80.87	14.93	80.87	16.60	80.87	1.57
Questões Direcionadas	50.65	20.51	44.50	21.84	47.58	2.05
Questões com Falsas Alternativas	53.62	17.67	50.64	19.83	52.13	1.84
Questões Afirmativas	56.31	15.73	53.02	17.62	54.67	1.62

Anexo C

Testes de efeitos entre sujeitos

Tabela C1

Testes de efeitos entre sujeitos para as 4 questões no primeiro momento de questionamento

		gl	Z	p
Questões	Huynh-Feldt	2.571	102.68	<.001
Erro (Questões)		231.421		

Tabela C2

Teste de efeitos entre sujeitos para as 4 questões no segundo momento de questionamento

		gl	Z	p
Questões	Huynh-Feldt	2.473	130.52	<.001
Erro (Questões)		222.604		

Anexo D

Estatísticas descritivas do desempenho dos sujeitos na GSSI, na RSES e na EDS-20

Tabela D1

Estatísticas descritivas do desempenho geral dos sujeitos na GSSI, relativamente à sugestionabilidade interrogativa e à memória

		Média	DP
Sugestionabilidade Interrogativa	Cedência 1	6.53	2.94
	Cedência 2	7.42	3.32
	Alteração	3.10	2.00
	Sugestionabilidade Total	9.65	3.71
Memória	Evocação Imediata	18.65	5.93
	Confabulação	1.84	1.61

Tabela D2

Estatísticas descritivas do desempenho geral dos sujeitos na RSES e na EDS-20

	Média	DP
RSES	19.56	4.70
EDS-20	6.03	3.41